

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Industrial e Educacional do Espírito Santo (Ideies), entidade do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Fines) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

O Boletim está dividido em sete seções. A primeira se alterna a cada mês, ora trazendo um **Assunto em Destaque**, ora um **Especialista Convidado**. Nesta edição, o especialista é o economista Marcelo Saintive, Diretor Executivo do Ideies e ex-Secretário do Tesouro Nacional.

A segunda seção – **Cenário Econômico** – apresenta os últimos dados da atividade econômica e o desempenho geral dos setores, relativos ao Brasil e ao Espírito Santo.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – dados como a produção física, emprego na indústria e os índices de confiança são analisados de forma mais detalhada, com comparações entre o desempenho brasileiro e o capixaba.

A quarta seção – **Comércio Exterior** – discorre sobre exportação e importação no Espírito Santo, o saldo da balança comercial, além de apresentar a evolução dos preços das commodities.

A quinta seção – **Crédito** – aborda o desempenho deste mercado, analisando a evolução do saldo de operações, inadimplência, taxas de juros e spread bancário.

A sexta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa a evolução das receitas e despesas do Governo do Estado do Espírito Santo nos primeiros oito meses de 2018, comparando os resultados com os anos anteriores.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

O objetivo do Boletim Econômico Capixaba é apresentar os últimos dados disponíveis de cada variável. Assim, para algumas – como produção física, comércio, serviços e crédito –, a última informação refere-se a julho de 2018. Para outras, como inflação, comércio exterior e finanças públicas, os números mais recentes são de agosto de 2018. Os dados apresentados são aqueles disponíveis até o dia 25/09/2018.

O Ideies disponibiliza em seu portal o “Ideies em Dados”, espaço que concentra os dados de diversas fontes oficiais, inclusive as utilizadas nesse boletim. Acesse em: <https://ideies.org.br/dados/>.

Ótima leitura!

Seções

1. Especialista –	
 Marcelo Saintive	02
2. Cenário Econômico	06
3. Desempenho Industrial	12
4. Comércio Exterior	15
5. Crédito	20
6. Finanças Públicas Estaduais	23
7. Comentários Finais	28

1. Especialista – Marcelo Saintive

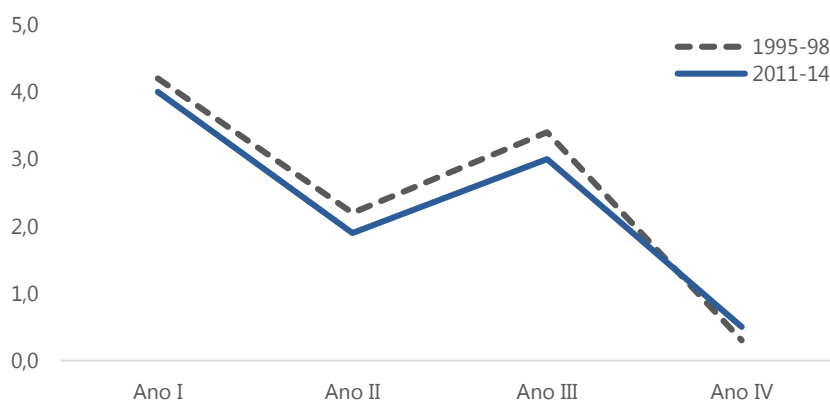
O porquê da necessidade das reformas previdenciária e tributária

Para compreendermos o contexto atual da economia brasileira, vale a pena analisarmos brevemente outros ciclos de ajuste, tais como o de 1999-2000 e o de 2003-2004. Estes ciclos se mostraram eficazes em devolver o crescimento à economia, revertendo desequilíbrios acumulados em anos anteriores e dirimindo as dúvidas sobre a política econômica futura.

No final da década de 1990, uma forte deterioração fiscal, acompanhada de uma moeda depreciada em face da deterioração dos termos de troca, e a persistente desacele-

ração da atividade econômica levaram a economia brasileira a um quadro de desequilíbrio que exigiu uma drástica mudança na política fiscal e cambial (gráfico 1). Em 2002, após diversos choques de oferta, o câmbio apresentou altas tensões e a atividade econômica se alterou visto que aumentou a incerteza sobre como seria a condução da política econômica no ano seguinte. Contudo, é importante salientar que, nestas duas situações a firmeza na retomada do controle fiscal permitiu a rápida reversão desse quadro¹.

Gráfico 1 - Crescimento percentual do Produto Interno Bruto 1995-98 e 2011-14



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

O quadro atual é, em grande medida, distinto. Hoje, sabemos, vivenciamos a pior crise econômica da história do país, cuja forte contração da economia, a partir do 3º trimestre de 2014 até o 1º trimestre de 2017, teve queda acumulada de 8,3%. No entanto, é importante destacar que avanços ocorreram. Em nível macroeconômico, destacamos as seguintes mudanças de rumo:

- Reservas internacionais elevadas (totalizam US\$ 380,7 bilhões em 25/09/2018);
- Arcabouço fiscal consolidado e fortalecido (LRF – Lei Complementar nº 101/2000, Teto de Gastos Públicos –

Emenda Constitucional 95/2016 e criação da TLP – Lei nº 13.483/2017);

- O déficit em conta corrente diminuindo significativamente, tendo passado de US\$ -23,7 bilhões em 2016 para US\$ -9,8 bilhões em 2017, apesar da previsão de aumento para US\$ -14,3 bilhões em 2018.
- Entrada líquida de capital² positiva nos últimos anos (2015: US\$ 61,2 milhões, 2016: US\$ 65,0 milhões e 2017: US\$ 64,4 milhões)
- O manejo da política monetária na direção correta, qual seja, de ancorar as expectativas de inflação. Para este ano a previsão é de inflação em 4,38% e para 2019 de 4,28%, segundo o Boletim Focus³.
- Esforço de contenção de despesas ocorrido ao longo do período de 2015-2018.

¹ Nas duas situações, em poucos meses, obteve-se estabilização da economia e as taxas de crescimento foram de 4,4% do PIB em 2000 e de 5,8% em 2004.

² Considerando os investimentos diretos no país menos investimentos diretos no exterior.

³ Para uma análise da conjuntura econômica nacional e do estado ver a seção 2 deste boletim.

Em nível microeconômico, as tabelas 1 e 2 resumem as principais medidas implementadas:

Tabela 1 - Principais reformas microeconômicas recentes

Reformas	Instrumento Legal	Objetivos
Lei das Estatais	Lei nº 13.303/2016	<ul style="list-style-type: none"> •Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. •Simplifica o processo licitatório para garantir celeridade as contratações. • Impões adoções de medidas da Lei de Responsabilidade Fiscal e critérios para nomeações de dirigentes e etc.
Regime de Recuperação Fiscal (RRF)	Lei Complementar nº 159/2017	<ul style="list-style-type: none"> •Institui o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para fornecer aos Estados com desequilíbrio financeiro os instrumentos para o ajuste de suas contas. •Requisitos para entrada do Estado no RRF: receita corrente líquida (RCL) anual menor do que a dívida consolidada ao final do último exercício; somatório das despesas com pessoal, juros e amortizações for igual ou maior do que 70% da RCL e o valor total de obrigações seja superior às disponibilidades de caixa. •O Estado que ingressar no RRF deve apresentar ao MF um Plano de Recuperação Fiscal.
Trabalhista e Terceirização	Lei nº 13.467/2017	<ul style="list-style-type: none"> •Altera mais de 100 pontos da CLT: férias, jornada de trabalho, horas extras, terceirização, entre outras. •Flexibilidade: permite customizações dos contratos de trabalho de acordo com as especificidades e as necessidades do negócio.
Ensino Médio	Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2016	<ul style="list-style-type: none"> •Flexibilização da grade curricular: a nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível; •Altera a distribuição do conteúdo das 13 disciplinas tradicionais ao longo dos três anos do ciclo, dá novo peso ao ensino técnico e incentiva a ampliação de escolas de tempo integral.
Petrobrás	Lei nº 13.365/2016	<ul style="list-style-type: none"> •Retira a obrigatoriedade de atuação da Petrobrás como operadora única de todos os blocos contratados pelo regime de partilha de produção em áreas do pré-sal; •Garante à estatal o direito de preferência para atuar como operadora e com a participação mínima de 30% nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha.
Dispensa do reconhecimento de firma	Decreto nº 9.094/2017	<ul style="list-style-type: none"> •Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços público, ratificando a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário.
Marco regulatório do setor de mineração	Lei nº 13.540/2017 Lei nº 13.575/2017	<ul style="list-style-type: none"> •Dispõe sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM): aumenta os royalties pagos pelas mineradoras, altera a base da cobrança de faturamento líquido para bruto. •Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
Desoneração da folha de Pagamento	Lei nº 13.670/2018	<ul style="list-style-type: none"> •Reduz o rol de setores elegíveis à opção pela desoneração da folha de salários, que permitia a substituição da apuração e recolhimento da contribuição previdenciária patronal de 20% pela apuração e recolhimento da contribuição previdenciária substitutiva sobre a receita bruta (CPRB) a alíquotas que variavam de 1% a 4,5%, a depender do tipo de atividade empresarial. •Transporte ferroviário de cargas (em detrimento do transporte rodoviário de cargas), transporte aéreo e marítimo, manutenção e reparação de aeronaves e embarcações, setor hoteleiro, indústria de alimentos, bebidas, produtos químicos, medicamentos, comércio varejista de determinadas categorias, entre outros, foram excluídos do regime de desoneração de folha de salários.

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 2 - Status das ações da Agenda BC+: pilar Crédito mais Barato⁴

Ações	Status
Cadastro positivo	— Em andamento
Revisão do sistema de cartão de crédito	— Em andamento
Depósitos Voluntários	— Em andamento
Redução do compulsório	— Em andamento
Criação da taxa de longo prazo (TLP)	✓ Concluído
Simplificar as regras dos recolhimentos compulsórios	✓ Concluído
Regulamentar a Letra Imobiliária Garantida (LIG)	✓ Concluído
Estimular agenda estruturante para redução do spread bancário	✓ Concluído
Registros eletrônicos de garantias	✓ Concluído
Alteração da metodologia de apuração da Taxa Referencial (TR)	✓ Concluído
Modernizar o cálculo dos encargos das operações de crédito rural (Plano Safra)	✓ Concluído
Modernizar o cálculo dos encargos de operações financeiras não-rurais dos Fundos Constitucionais	✓ Concluído

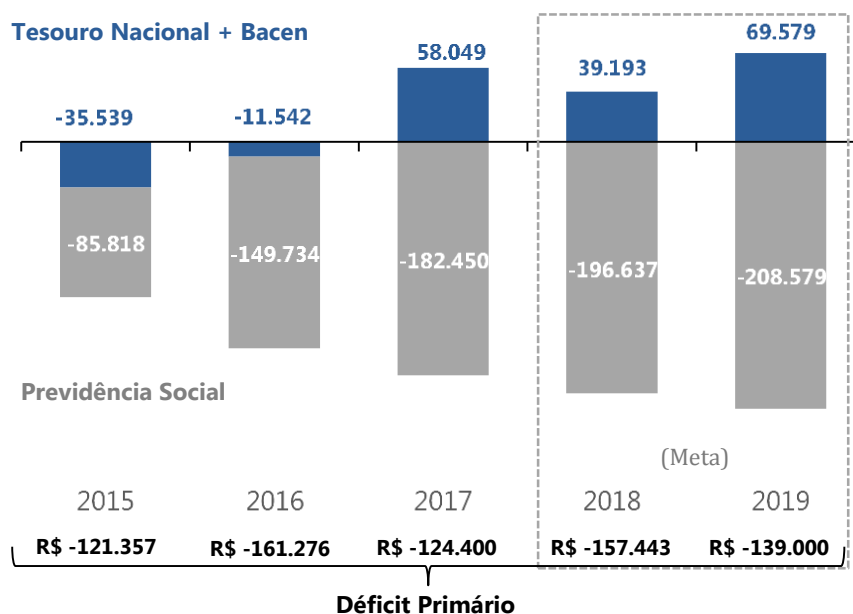
Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Contudo, a principal fragilidade dos esforços de reequilíbrio macroeconômico acima mencionados persiste, a saber: os ajustes fiscais de curto prazo não vieram acompanhado de reformas estruturais. Este é o ponto. Para a retomada do crescimento tão almejado pela sociedade brasileira, será necessário enfrentarmos a questão previdenciária e a simplificação tributária.

O gráfico 2 ilustra bem o impacto dos gastos com a previdência no resultado fiscal.

Tendo-se em mente os resultados primários demonstrados, tecemos brevíssimas considerações sobre este tema complexo. Em primeiro lugar e somente para efeitos de comparação, o Brasil possui 8% da sua população com idade acima de 65 anos, os países da OCDE têm 16,2%. No entanto, o Brasil gasta 7,4% do PIB com gastos previdenciários e a OCDE 7,8%. Vale assinalar que esta situação se agrava dado o envelhecimento acelerado da população brasileira.

Gráfico 2 – Resultado primário do governo central (em R\$ milhões)

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

⁴ Para análise sobre as reformas microeconômicas e a Agenda BC+, ver o Box 1 da edição de abril do Boletim Econômico Capixaba disponível em: <https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Boletim-Abril.pdf>

Em segundo lugar, é preciso enfrentar a questão da falta de isonomia entre os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos. Um aspecto crucial (equidade) faz-se necessário salientar quando comparamos os regimes previdenciários privado (RGPS) e público (RPPS): enquanto a previdência privada é ligeiramente progressiva, ou seja, os trabalhadores de baixa renda são um pouco beneficiados, a previdência dos servidores públicos é fortemente regressiva, ou seja, beneficiam a parcela mais rica da população. Acrescente-se a esta, a não equivalência entre os regimes, já que os servidores públicos possuem estabilidade e outros benefícios não percebidos pelos trabalhadores da iniciativa privada.

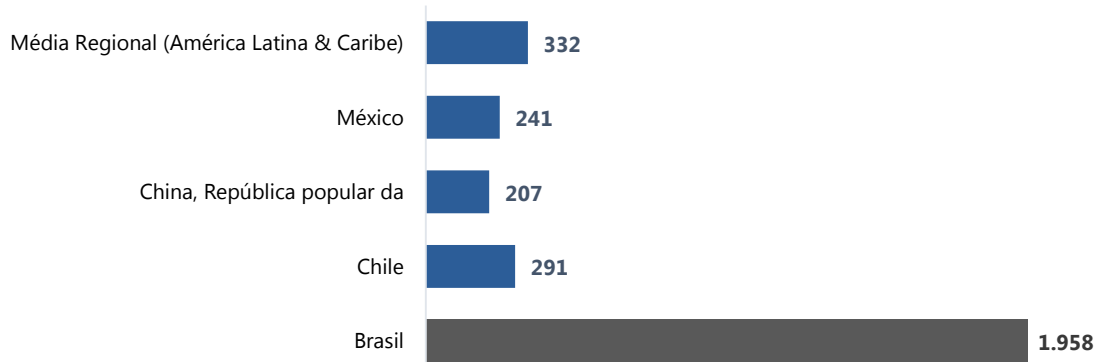
Em terceiro lugar, é preciso jogar luz sobre as concessões especiais. Por exemplo, as pensões por morte no Brasil consomem 3% do PIB enquanto o padrão mundial gira em torno de 1% a 2% do PIB.

Por fim e para não sermos exaustivos na miríade de distorções do sistema previdenciário brasileiro, resta citar o

Benefício de Prestação Continuada, que é um benefício vinculado ao salário mínimo. Ocorre que a governança deste programa é bastante falha. Não há controle na comprovação da renda familiar nem se um dos conjugues já recebe o benefício (duplicidade no recebimento). A título de ilustração, em 2015, 19% dos benefícios concedidos foram obtidos por via judicial⁵.

Uma outra reforma crucial para retomada do crescimento econômico é a tributária. Não podemos fugir do senso comum, qual seja, a carga tributária no Brasil é extremamente elevada e, principalmente, não se reflete na percepção da sociedade brasileira em uma prestação de serviços públicos eficientes e de qualidade. Foge ao escopo e tamanho desta seção analisarmos o tema com alguma profundidade, porém, gostaria de chamar atenção para a dimensão da melhoria do ambiente de negócios. Segundo o relatório Doing Business (2018), o Brasil é país que gasta mais tempo com o cumprimento da burocracia tributária. A estimativa do Banco Mundial é que o país gasta, em média, 1958 horas frente a uma média dos países OCDE de 160,7 horas.

Gráfico 3 - Tempo para pagamento de impostos (horas por ano)



Fonte: Doing Business (2018)
Elaboração: Ideies/Sistema Findes

Dado o emaranhado de tributos no Brasil, faz parte da agenda de todos os candidatos alguma proposta de reforma nesta seara. Somos a favor da simplificação e da melhor eficiência, mas como o economista Bernardo Appy adverte: “É preciso ter cuidado, (...) medidas que focam apenas na tributação não são as mais eficientes”⁶. Em suma, quando se trata de analisar os tributos e propor mudanças no sistema tributário, há que se analisar os gastos custeados por estes, bem como os aspectos distributivos que sempre envolvem um regime tributário.

Em resumo, neste ciclo de ajustes (2015-2018) o país realizou mudanças macroeconômicas e microeconômicas significativas e necessárias, contudo, resta enfrentar as reformas estruturantes, previdenciária e tributária. Só a partir da consolidação da política fiscal e deste enfrentamento, a capacidade de recuperação da atividade econômica voltará.

⁵ Para um ótimo resumo e contextualização da questão previdenciária no Brasil ver Mitos e Verdades; Ministério da Fazenda, disponível em: <http://fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/arquivos/2017/2017-05-08_mitos-sobre-a-reforma-da-previdencia-final.pdf>, acesso em 25/09/2018. Para artigos mais exaustivos sobre este tema ver Tafner, P. e Giambiagi, F. *Previdência no Brasil - debates, dilemas e escolhas*; IPEA (2007).

⁶ Ver série de artigos “Dimensões da política fiscal”, publicados pelo referido autor no jornal O Estado de São Paulo a partir de agosto de 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dimensoes-da-politica-fiscal-3,70002506777>

2. Cenário Econômico

O Comitê de Política Monetária do Banco Central, em reunião nos dias 18 e 19 de setembro, manteve a taxa básica de juros em 6,5% ao ano.

O principal item que poderia ter elevado a taxa de juros seria a valorização do dólar frente ao real, fortemente influenciado pela incerteza do cenário eleitoral. A moeda norte americana fechou o dia 13 de setembro a R\$ 4,19, maior valor de fechamento desde a criação do Plano Real, em 1994⁷. Por outro lado, o fraco desempenho da atividade econômica pode estar influenciando a Selic na outra direção.

Segundo o comitê, as expectativas controladas para inflação em 2018 e 2019 foram os fatores que justificaram a manutenção da Selic em mais uma reunião. Mas, pela primeira vez, o Copom sinalizou que a Selic poderá subir caso o cenário prospectivo para a inflação ou seu balanço de riscos apresentem piora.

Os analistas do mercado financeiro, consultados pelo relatório semanal de mercado Focus, reduziram novamente a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e também passaram a estimar uma inflação mais alta para em 2018.

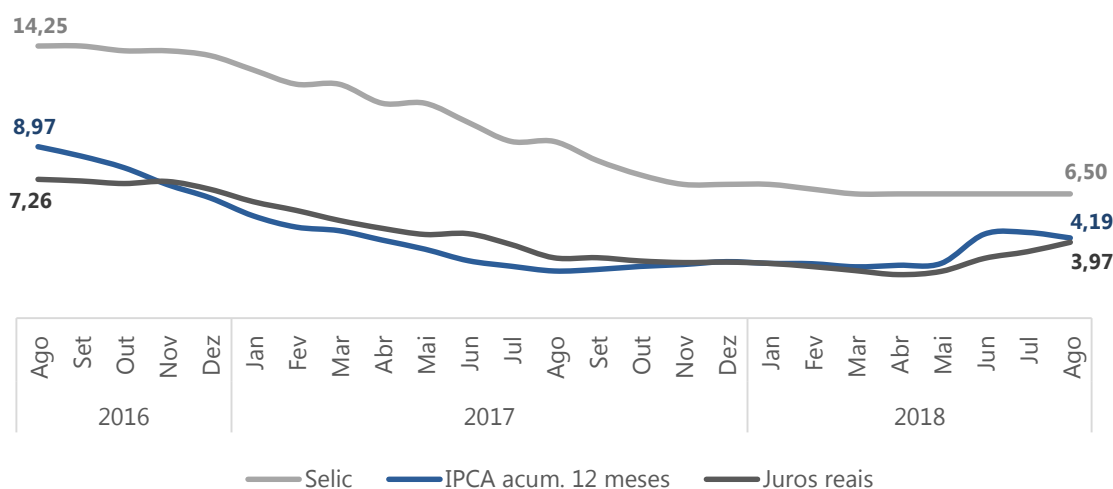
A mediana das projeções do mercado para o crescimento da economia em 2018 recuou pela quinta vez consecutiva, para 1,35%. Há quatro semanas estava em 1,47%. A expectativa do mercado para expansão da economia, em 2019, continuou em 2,50%. Para o IPCA, índice que mede a inflação oficial do país, os analistas elevaram a estimativa, de 2018, de 4,09% para 4,28%. Para 2019, a estimativa também foi revisada para cima de 4,11% para 4,18%⁸.

Até agosto, considerando a inflação acumulada em 12 meses, o IPCA manteve-se abaixo do centro da meta, em 4,19%, ante 4,48% em julho.

Na análise mensal, o índice brasileiro apresentou deflação de -0,09% em agosto, após treze meses de alta. Contribuíram para esse resultado, após o crescimento de 0,33% em julho, a queda no preço dos transportes (-1,22%) e alimentos (-0,34%).

As passagens aéreas diminuíram em -26,12% no mês, após elevação de 44,51% em julho, contribuindo com -0,11 ponto percentual no índice. Os preços dos combustíveis também reduziram (-1,86%), com destaque para o etanol (-4,69%) e a gasolina (-1,45%).

Gráfico 4 - Evolução da Selic, IPCA acumulado em 12 meses e Juros Reais (%)



Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE; LCA
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

⁷ A projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2018 subiu de R\$ 3,83 para R\$ 3,90. Para o fechamento de 2019, avançou de R\$ 3,75 para R\$ 3,80 por dólar. Em ambos os casos são as maiores cotações já estimadas no fim de cada semana por meio da pesquisa semanal Focus do Banco Central.

⁸ Para 2018, o centro da meta é 4,50%, com limite inferior de 3,00% e superior de 6,00%. Para 2019, a previsão é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%.

A alta nos preços das tarifas de energia elétrica desacelerou em agosto (0,96%), após avanço de 5,33% em julho. Mesmo assim, a energia elétrica gerou o maior impacto individual positivo no IPCA (0,04 ponto percentual). Além da continuidade da vigência da bandeira tarifária vermelha patamar 2, com a cobrança adicional de R\$ 0,05 por KWH consumido, houve reajustes nas tarifas cobradas por concessionárias em Belém, São Luís, São Paulo e Vitória.

Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), a inflação mensurada pelo IPCA cresceu 2,87% no acumulado do ano e 3,70% no acumulado em 12 meses. Os preços monitorados (administrados)⁹, por sua vez, apresentaram alta de 8,21% na RMGV, valor abaixo da média nacional (9,20%), mostrando que estes itens têm um peso importante na composição do índice geral.

Após quatro meses seguidos de alta no índice, o IPCA da RMGV apresentou deflação de -0,04% em agosto, influenciado, principalmente, pelos grupos de transportes (-2,02%) e alimentação e bebidas (-0,59%). Por outro lado, o aumento no grupo habitação (2,28%) pesou para que o índice não alcançasse uma queda maior.

Entre os produtos que puxaram a queda do índice na RMGV, destacam-se as passagens aéreas (-31,1%) e a cebola (-13,66%). A energia elétrica residencial, por outro lado, cresceu 6,23% em agosto na Grande Vitória, a maior variação positiva entre as 16 áreas pesquisadas e acima da média nacional (0,96%). Esse aumento ocorreu devido ao reajuste de 15,87% nas contas de luz dos consumidores capixabas, aprovado em 07 de agosto, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

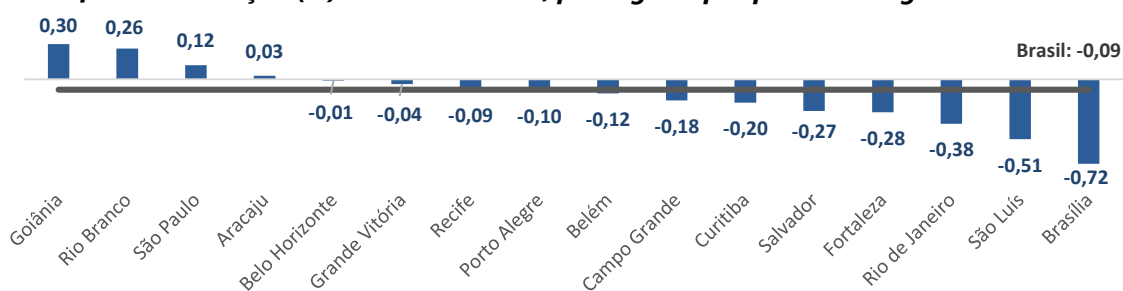
Tabela 3 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Ago 2018/ Jul 2018	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
IPCA Geral - Brasil	-0,09	2,85	4,19
IPCA Preços Monitorados - Brasil	0,12	6,45	9,20
IPCA Preços Livres - Brasil	-0,16	1,56	2,37
IPCA Geral RMGV	-0,04	2,87	3,70
IPCA Preços Monitorados - RMGV	1,45	6,56	8,21
IPCA Preços Livres - RMGV	-0,58	1,53	2,14

Fonte: IBGE; Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

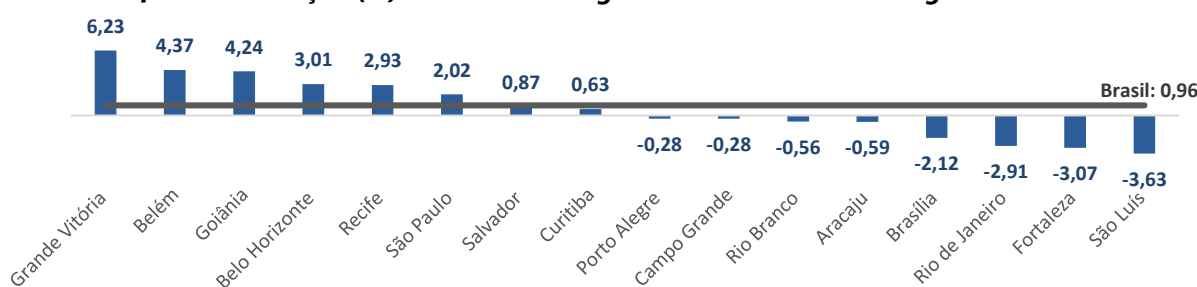
Gráfico 5 – Variação (%) mensal do IPCA, por regiões pesquisadas - Agosto de 2018



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 6 – Variação (%) mensal da energia elétrica residencial - Agosto de 2018



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

⁹ Os produtos e serviços que compõem o IPCA podem ser divididos entre os que têm preços livres, ou seja, que variam de acordo com o mercado, e os que têm preços administrados, que são os preços regulados por contrato ou por órgão público. Os preços dos produtos derivados do petróleo (como gasolina) são incluídos no grupo dos administrados porque, apesar de terem sido desregulamentados em 2002, ainda são estabelecidos pela Petrobras, que detém um monopólio, de fato, na produção.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o PIB capixaba no segundo trimestre registrou resultados positivos em todas as bases de comparação temporal. O crescimento do nível de atividade econômica estadual foi superior ou igual ao desempenho do PIB nacional.

A estimativa do PIB nominal do estado do Espírito Santo no segundo trimestre de 2018, em valores correntes, foi de R\$ 33 bilhões, resultado puxado pelo crescimento acentuado do setor de comércio e da agricultura.

A alta de 1,8% no segundo trimestre de 2018, em relação ao primeiro trimestre do ano, foi a maior dos últimos cinco períodos, a terceira alta positiva seguida e superior ao desempenho nacional (0,2%). Os principais setores de atividade do estado também registraram variação positiva nesta base de comparação. O comércio varejista restrito cresceu 5,7% entre o 1º e 2º trimestre do ano, o setor de serviços teve elevação de 0,7% e a produção física industrial capixaba ampliou em 0,4%, com a indústria de transformação aumentando em 0,9%, nas séries livres de influência sazonal.

Enquanto o estado registrou um aumento no ritmo de crescimento da atividade econômica do primeiro para o segundo trimestre de 2018, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior (de 0,5% para 1,6%), o país apresentou desaceleração, reduzindo o patamar de expansão de 1,2% para 1,0% no mesmo período.

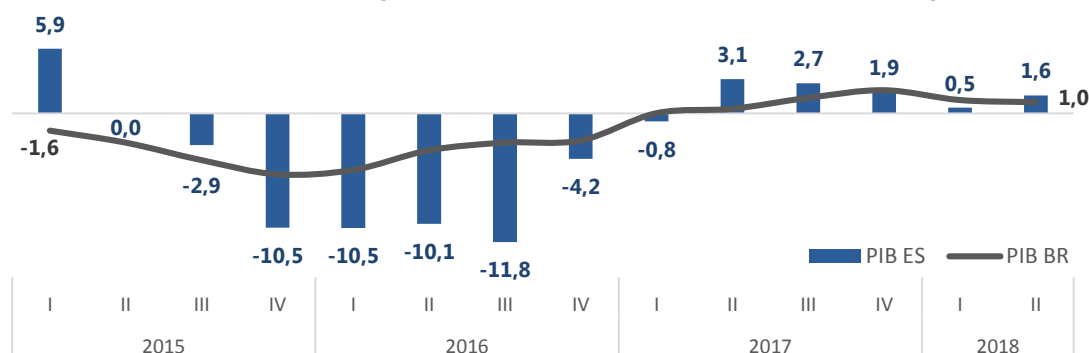
Apenas no indicador acumulado em quatro trimestres ocorreu uma ligeira desaceleração no estado, de 1,7%, frente ao avanço de 2,1% apresentado anteriormente, porém, acima do resultado nacional (1,4%).

Tabela 4 – Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Trimestrais	2ºT 2018/ 1ºT 2018 ¹	2ºT 2018/ 2ºT 2017	Últimos 4T / 4T anteriores	Acumulado no ano
PIB Brasil (%)	0,2	1,0	1,4	1,1
PIB ES (%)	1,8	1,6	1,7	1,1

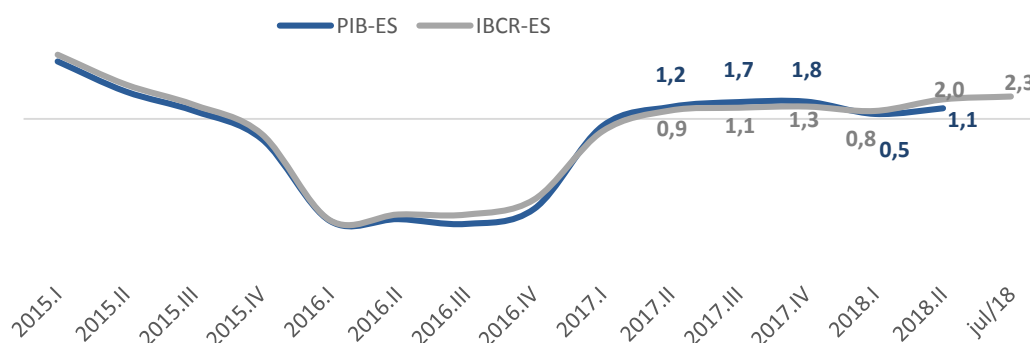
¹ Valores com ajuste sazonal
 Fonte: IBGE; IJSN
 Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 7 - PIB trimestral – Brasil e Espírito Santo - Variação (%) contra o mesmo período do ano anterior



Fonte: IBGE; IJSN
 Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 8 - PIB do Espírito Santo e IBCR-ES - Variação (%) acumulada no ano



Fonte: IJSN; Banco Central do Brasil (BC)
 Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Os últimos indicadores de atividade econômica nacional do Banco Central mostraram que, mesmo após o aumento de 3,42% em junho, a economia brasileira continuou avançando. O IBC-BR¹⁰ iniciou o terceiro trimestre com crescimento de 0,57% em julho, resultado com ajuste sazonal. Esse foi o segundo mês seguido de elevação no nível de atividade, após queda de -3,35% em maio, por conta da greve dos caminhoneiros.

Nos sete primeiros meses do ano, o indicador nacional está em 1,19% e, no acumulado em 12 meses até julho, o crescimento é de 1,46%, nas séries sem ajustes sazonais.

A economia tem oscilado desde o início do ano entre um mês negativo e outro positivo, junho e julho, enfim, foram

dois meses consecutivos com expansão da atividade, embora a variação de julho tenha sido em ritmo inferior ao mês antecedente.

Ao se analisar o comportamento do IBCR capixaba, observa-se uma variação de 2,11% no acumulado em 12 meses até julho, taxa superior ao crescimento nacional de 1,46%, resultado ocorrido devido ao desempenho satisfatório do comércio varejista ampliado, com crescimento de 14,5% no período. Já o setor de serviços (-0,7%) e a produção física industrial (-2,3%) pressionaram negativamente o indicador.

Na comparação com o mesmo mês de 2017, o IBCR-ES cresceu 4,06% e no acumulado dos sete primeiros meses de 2018, o indicador capixaba está em 2,29%, ambos resultados superiores aos nacionais, de 2,56% e 1,19%, respectivamente.

Tabela 5 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores	Julho 2018 / Junho 2018 ¹	Julho 2018 / Julho 2017	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-Br)	0,57	2,56	1,19	1,46
Índice de atividade econômica regional ES	0,48	4,06	2,29	2,11
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	-0,2	4,0	2,5	3,2
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	5,8	7,5	-3,7	-2,3
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	-0,5	-1,0	2,3	3,2
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	0,9	4,8	7,6	5,6
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	-0,4	3,0	5,4	6,5
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	1,4	11,2	14,4	14,5
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	-2,2	-0,3	-0,8	-1,0
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	0,2	-0,1	-0,6	-0,7

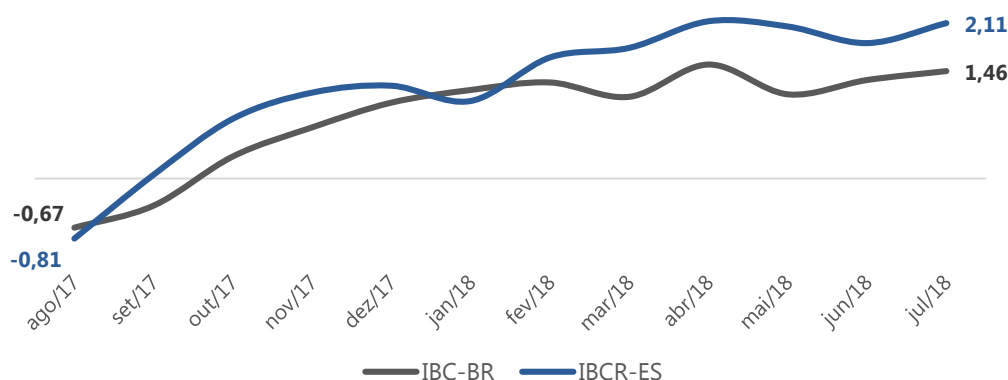
¹ Valores com ajuste sazonal.

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito.

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 9 - IBC-BR e IBCR-ES - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil e IJSN
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

¹⁰ Embora seja anunciado como "PIB do BC", o IBC-Br tem metodologia de cálculo distinta das Contas Nacionais, calculadas pelo IBGE.

No Brasil, de acordo com a pesquisa mensal comércio (PMC) do IBGE, o volume de vendas no varejo restrito (3,2%) e varejo ampliado (6,5%) apresentaram crescimento no acumulado em 12 meses. No Espírito Santo, ambas as modalidades de varejo pesquisadas fecharam com vendas positivas nessa base de comparação, com altas de 5,6% nas vendas do comércio restrito e de 14,5% no varejo ampliado, valores superiores à média nacional.

O comércio varejista ampliado ficou positivo em 26 das 27 unidades da federação, nos últimos 12 meses, com destaque para o Espírito Santo, que registrou a maior variação no volume de vendas. Amazonas (14,1%) e Santa Catarina (13,6%) tiveram o segundo e terceiro melhor desempenho. Goiás destacou-se negativamente (-3,2%).

Por outro lado, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, o setor no Brasil registrou desempenhos negativos em julho em todas as bases de comparação: -1,0% no acumulado em 12 meses, -0,3% ao comparar com julho de 2017, -0,8% no acumulado do ano e -2,2% em relação ao mês de junho de 2018.

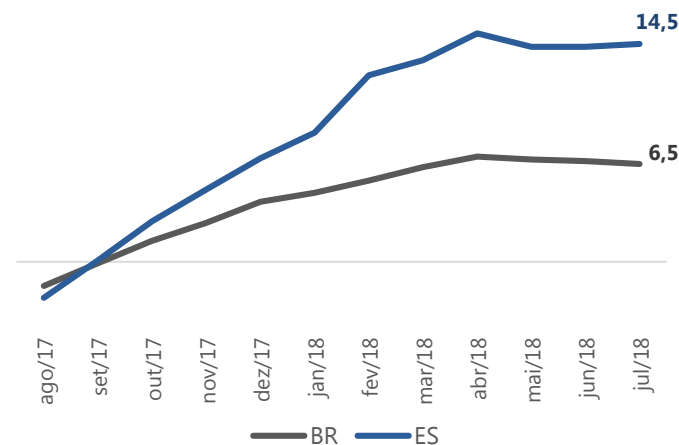
Quando analisado o comportamento do volume do setor serviços na variação acumulada em 12 meses (-0,7%), o Espírito Santo ficou em 7º lugar em relação às 27 Unidades da Federação. Com este resultado, o estado se mantém acima da média nacional.

Em relação às receitas federais, a arrecadação teve alta real (descontada a inflação) de 1,08% em agosto, na comparação com igual mês do ano anterior, atingindo R\$ 109,7 bilhões. De acordo com os dados da Secretaria da Receita Federal, o valor arrecadado foi o melhor desempenho para meses de agosto desde 2014, no entanto, o menor crescimento do ano. Em julho, o aumento foi de 12,8%, comparado ao mesmo mês de 2017.

Foi o décimo mês consecutivo em que a arrecadação federal teve crescimento real frente ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado dos oito primeiros meses de 2018, a arrecadação federal somou R\$ 953,6 bilhões, o melhor desempenho para o período em quatro anos. O montante representa avanço real de 6,94% na comparação com igual período de 2017.

Gráfico 10 - Volume de vendas no comércio varejista ampliado¹ - Variação (%) acumulada em 12 meses

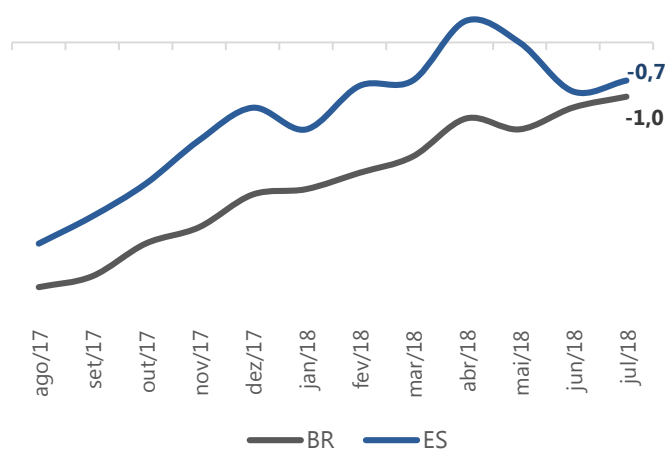


¹ Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito.

Fonte: Banco Central do Brasil e IJSN

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 11 - Volume de vendas de serviços - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil e IJSN

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Por sua vez, as receitas administradas pela Receita Federal¹¹ totalizaram R\$ 107,1 bilhões, com aumento de 0,63% em relação a agosto do ano passado (em julho o crescimento havia sido de 8,3%). No acumulado de janeiro a agosto de 2018, tal valor chegou a R\$ 915,2 bilhões, registrando acréscimo real de 5,68%.

¹¹ As receitas administradas pela Receita Federal englobam todas as receitas que são arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos federais da administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de um serviço direto à população, bem como os recursos de doações e convênios (por exemplo, impostos e contribuições). As Demais Receitas do Governo Federal compreendem aquelas receitas não-administradas pela Receita Federal do Brasil, por exemplo os royalties do petróleo.

Essa desaceleração ocorreu, segundo a Receita, pois os dados de agosto de 2017 estão influenciados pela entrada de R\$ 3,5 bilhões do pagamento do Refis, o que não ocorreu neste ano.

O Brasil gerou em agosto 110,4 mil empregos com carteira assinada, saldo das 1.353.422 contratações e 1.242.991 demissões. Este foi o melhor resultado para meses de agosto desde 2013 (127,6 mil vagas), segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados no último dia 21 pelo Ministério do Trabalho (MTE).

Apenas o setor agrícola apresentou mais demissões do que contratações, no mês de agosto. Os demais setores da atividade econômica, como indústria, comércio, serviço e construção, registraram saldos positivos nos números de empregos. Segundo o Ministério do Trabalho, 22 unidades da federação tiveram saldos positivos no mês, exceto Acre,

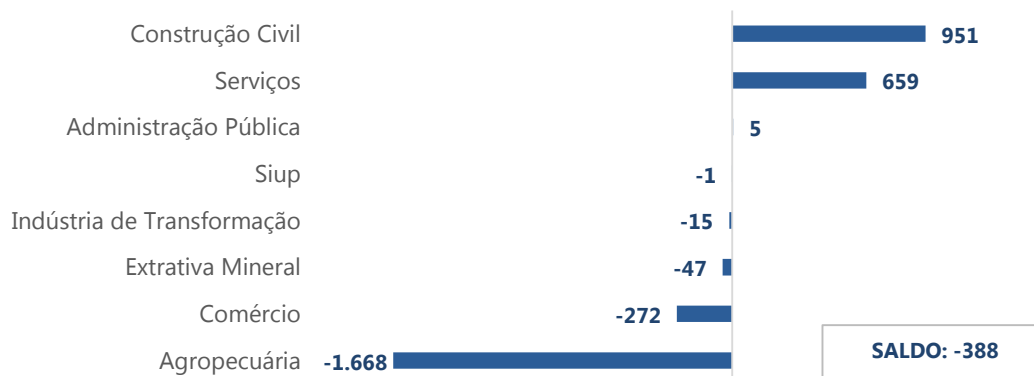
Sergipe, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Maranhão.

De janeiro a agosto, foram registrados 568,5 mil empregos com carteira assinada em todo o país. No acumulado em 12 meses, foram criadas 356,8 mil vagas com carteira assinada.

No Espírito Santo, os dados do Caged mostram que o mês de agosto registrou saldo negativo no número de empregos formais. Foram encerrados 388 postos com carteira assinada, o terceiro pior resultado entre as unidades da federação. Ao longo deste ano, de janeiro a agosto, o saldo de empregos no estado é positivo, com a criação de 12.738 vagas.

O fechamento de -1.668 postos de trabalho na agropecuária e -272 no comércio foram os principais fatores para o saldo negativo do estado. Por outro lado, os setores que mais contrataram foram os de construção civil (951) e de serviços (659).

Gráfico 12 - Saldo de empregos formais – Espírito Santo – Agosto de 2018



Fonte: Rais / MTE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

3. Desempenho Industrial

A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE de julho de 2018 registrou, no acumulado em 12 meses, um crescimento de 3,2% na produção industrial do Brasil. Esse resultado teve como principal influência o desempenho da indústria de transformação (3,7%). Nos sete primeiros meses do ano, a indústria acumula alta de 2,5%, puxada pelas categorias econômicas de bens de consumo duráveis (14,6%) e de capital (9,0%).

Na comparação contra igual mês do ano anterior, a produção do setor industrial brasileiro cresceu 4,0%, com variações positivas nas quatro grandes categorias econômicas e em 19 dos 26 ramos pesquisados.

Entre as categorias econômicas se sobressai o resultado dos bens duráveis, impulsionado pela produção na fabricação de automóveis (29,9%) e nos eletrodomésticos da “linha branca” (4,1%). Outro fator que influenciou positivamente o indicador foi o “efeito calendário”, uma vez que julho de 2018 teve um dia útil a mais do que o mesmo mês do ano anterior.

Porém, na relação julho contra junho desse ano, a indústria brasileira recuou -0,2%, ante a alta de 12,9% no mês anterior. A maior redução da produção ocorreu na indústria de transformação (-0,6%), puxada, principalmente, pelas quedas na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-4,5%) e nos produtos alimentícios (-1,7%).

Tabela 6 – Produção Industrial Mensal do Brasil, por seção e categoria econômica, em %

	Julho 2018 / Junho 2018 *	Julho 2018 / Julho 2017	Acumulado no ano	Acumulado em 12 meses
Por seção				
Indústria geral	-0,2	4,0	2,5	3,2
Indústrias extrativas	0,6	3,8	0,0	0,2
Indústrias de transformação	-0,6	4,0	2,9	3,7
Por categoria econômica				
Bens de capital	-6,2	6,5	9,0	9,5
Bens intermediários	1,0	3,5	1,3	2,1
Bens de consumo	-1,2	4,6	3,5	4,2
Bens de consumo duráveis	-0,4	16,9	14,6	15,9
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-0,5	1,8	0,8	1,5

(*) Dados com ajuste sazonal

Fonte: PIM-PF/ IBGE

Elaboração: Ideies/ Sistema Findes

Ao contrário do país, a produção industrial do Espírito Santo reduziu no acumulado em 12 meses (-2,3%). Tanto o setor da indústria de transformação (-3,3%) quanto o da extrativa (-1,4%) registraram variações negativas.

No acumulado do ano, a indústria do Espírito Santo também diminuiu a sua produção, em -3,7%, resultado do recuo das atividades da indústria de transformação (-6,1%). Destaca-se a retração acumulada de -18,7% na fabricação de produtos de minerais não-metálicos, desempenho na contramão do registrado pela média no país (0,8%).

A queda desta atividade na economia capixaba ocorreu devido à menor produção de cimento “Portland” e de granito talhado ou serrado.

A fabricação de minerais não metálicos¹² no estado vem perdendo dinamismo desde 2012, com resultados negativos a partir de 2015. No país, o setor teve um comportamento similar (gráfico 10), mas, ao contrário do Espírito Santo, começou a se recuperar em 2017/2018. O resultado é preocupante para a economia do estado, pois essa atividade é historicamente importante para a geração de renda e emprego. De acordo com dados do CAGED, em julho de 2018, essa atividade no estado possuía um estoque de empregados de 21.948 pessoas¹³ com média salarial de R\$ 1.608.

¹² Esse grupo é composto por: Fabricação de vidro e de produtos do vidro; Fabricação de cimento; Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes; Fabricação de produtos cerâmicos; aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos.

¹³ Estoque com ajuste das declarações fora do prazo.

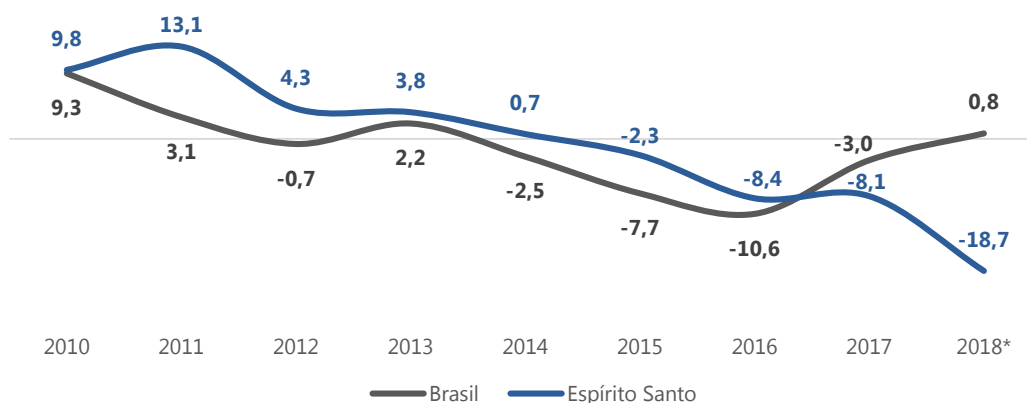
Tabela 7 - Produção Industrial Mensal (PIM-PF) para o Espírito Santo (%)

	Julho 2018 / Junho 2018 *	Julho 2018 / Julho 2017	Acumulado no ano	Acumulado em 12 meses
Indústria geral	5,8	7,5	-3,7	-2,3
Indústrias extrativas	9,6	18,6	-1,2	-1,4
Indústrias de transformação	2,5	-2,1	-6,1	-3,3
Fabricação de produtos alimentícios	10,5	23,7	-0,5	5,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2,2	-4,3	-9,5	-7,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2,1	-14,5	-18,7	-16,2
Metalurgia	-0,7	-8,0	0,7	1,6

(*) Dado com ajuste sazonal

Fonte: PIM-PF / IBGE

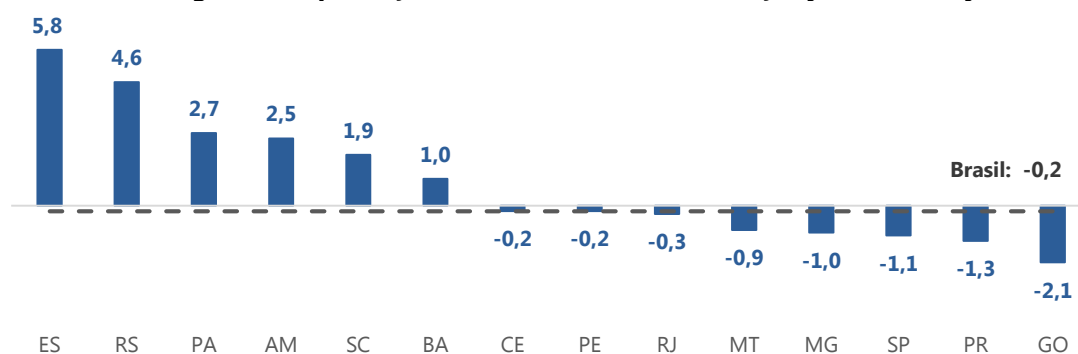
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 13 - Evolução da produção industrial na atividade de fabricação de minerais não-metálicos - Brasil e Espírito Santo, % acumulado no ano

(*) Acumulado até julho

Fonte: PIM-PF/ IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 14 - Resultado regional da produção física da indústria - variação julho contra junho 2018, em %

Fonte: PIM-PF/ IBGE

Elaboração: Ideies/ Sistema Findes

Na comparação de julho contra o mesmo mês do ano anterior, a indústria capixaba voltou a crescer (7,5%), após sete meses consecutivos de queda. Esse desempenho foi superior à média nacional (4,0%).

Os setores que apresentaram o melhor desempenho foram a fabricação de produtos alimentícios (23,7%) e a indústria extrativa (18,6%).

Na variação de julho contra junho de 2018, a indústria geral do Espírito Santo cresceu 5,8%, maior resultado entre as 15 regiões pesquisadas e superior à média nacional (-0,2%). Apenas seis estados apresentaram crescimento no mês.

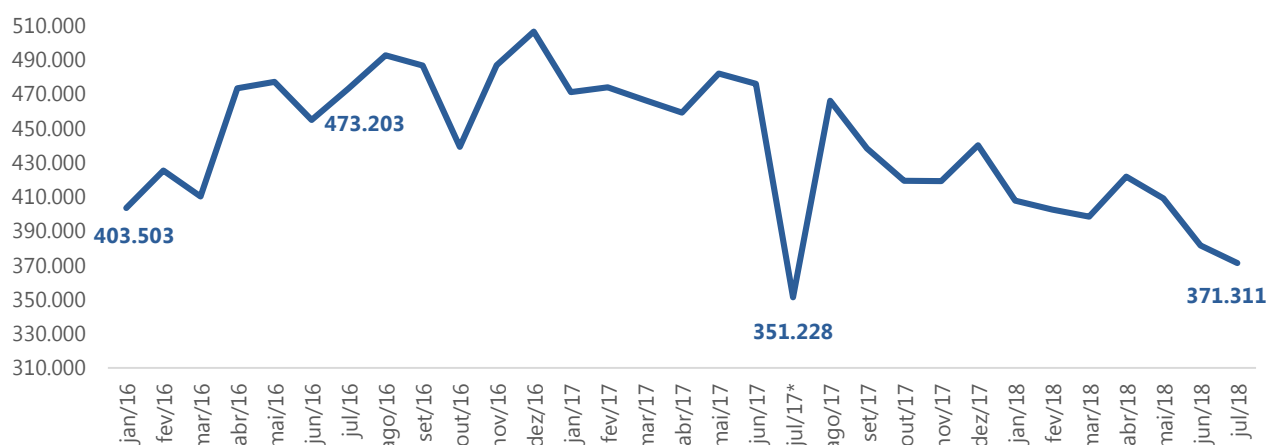
O desempenho da indústria capixaba na margem foi influenciado pelos resultados positivos, com ajuste sazonal, da indústria extrativa (9,6%) e da indústria de transformação (2,5%). Nesta última, a maior evolução foi registrada na fabricação de produtos alimentícios (10,5%), fabricação de celulose e papel (2,2%) e minerais não-metálicos (2,1%). Apenas a metalurgia apresentou recuo de -0,7% em sua produção.

De acordo com a ANP, no mês de julho a extração e produção de petróleo e gás natural do Espírito Santo atingiu 371.310 boe/dia¹⁴. Esse resultado é -2,7% menor que o do mês imediatamente anterior, retração mais acentuada do

que a registrada no país (-0,2%). Na relação julho 2018 contra o mesmo mês do ano anterior, a produção cresceu 5,7%. Vale destacar que esse aumento em P&G teve influência da base de comparação anterior, já que em julho de 2017 ocorreu a paralisação para manutenção da plataforma P-58, que reduziu acentuadamente a produção desses hidrocarbonetos no estado (vide gráfico 12).

Esses números reforçam a trajetória de queda na produção dos campos de P&G no estado: em julho de 2016 haviam 44 campos produtores que produziram em média 473.203 boe/dia. No mesmo mês de 2018, com 48 campos em atividade, a produção caiu para 371.311 boe/dia.

Gráfico 15 - Evolução da extração e produção de petróleo e gás natural no Espírito Santo (em boe/dia)



(*) Queda provocada pela paralisação da plataforma P-58 para manutenção
Fonte: ANP
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

De acordo com os dados do Caged no mês de agosto de 2018, o total da indústria (extrativa mineral, transformação e construção) do Espírito Santo admitiu (8.355) mais funcionários que desligou (7.466), gerando um saldo líquido¹⁵ positivo de 889 pessoas empregadas.

Esse resultado foi influenciado pelo saldo positivo de 951 pessoas na construção civil, enquanto a extrativa mineral e a indústria de transformação apresentaram saldos negativos, respectivamente de -47 e -15. Entre as ativida-

des da indústria de transformação, os maiores resultados da diferença entre desligados e admitidos foram em produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (284) e material de transporte (82).

No acumulado do ano, o total da indústria capixaba registrou um saldo líquido de empregados de 6.167 pessoas. Entre os setores, o melhor resultado foi registrado na indústria de transformação (3.169), puxada por suas atividades de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (1.201) e química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria (630).

¹⁴ Barris de óleo equivalente.

¹⁵ Corresponde à diferença entre número de funcionários demitidos e de admitidos.

Tabela 8 – Evolução do emprego no total da indústria do Espírito Santo

Setores *	Agosto/2018			No ano **		
	Admitidos	Desligados	Saldo Líquido	Admitidos	Desligados	Saldo Líquido
Extrativa Mineral	138	185	-47	1.255	1.245	10
Indústria de Transformação	4.770	4.785	-15	41.377	38.208	3.169
Produtos minerais não metálicos	674	653	21	4.842	4.899	-57
Metalúrgica	421	582	-161	5.318	4.864	454
Mecânica	1.102	1.333	-231	11.529	10.954	575
Material elétrico e de comunicações	72	72	0	509	368	141
Material de transporte	225	143	82	1.193	908	285
Madeira e do mobiliário	251	289	-38	1.968	1.899	69
Papel, papelão, editorial e gráfica	112	88	24	753	749	4
Borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	146	92	54	1.073	1.092	-19
Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	242	225	17	2.283	1.653	630
Têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	392	466	-74	3.080	3.262	-182
Calçados	26	19	7	296	228	68
Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.107	823	284	8.533	7.332	1.201
Construção Civil	3.447	2.496	951	22.974	19.986	2.988
TOTAL DA INDÚSTRIA	8.355	7.466	889	65.606	59.439	6.167

(*) Dados com base na classificação de setores do IBGE

(**) Valores com ajuste das declarações feitas fora do prazo

Fonte: Caged / MTE

Elaboração: Ideies/ Sistema Findes

4. Comércio Exterior

No acumulado dos oito primeiros meses do ano, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 158,9 bilhões, valor 8,9% acima do realizado no mesmo período de 2017. Em destaque, novamente, estão as compras externas de produtos básicos e manufaturados, com crescimento de 11,7% e 11,1%, respectivamente. Na comparação mensal, o valor de agosto de 2018 (US\$ 22,6 bilhões) cresceu 15,8% em relação a agosto de 2017 (US\$ 19,5 bilhões), impulsionado, principalmente, pelos produtos manufaturados, que aumentaram em 35,1% no mesmo comparativo.

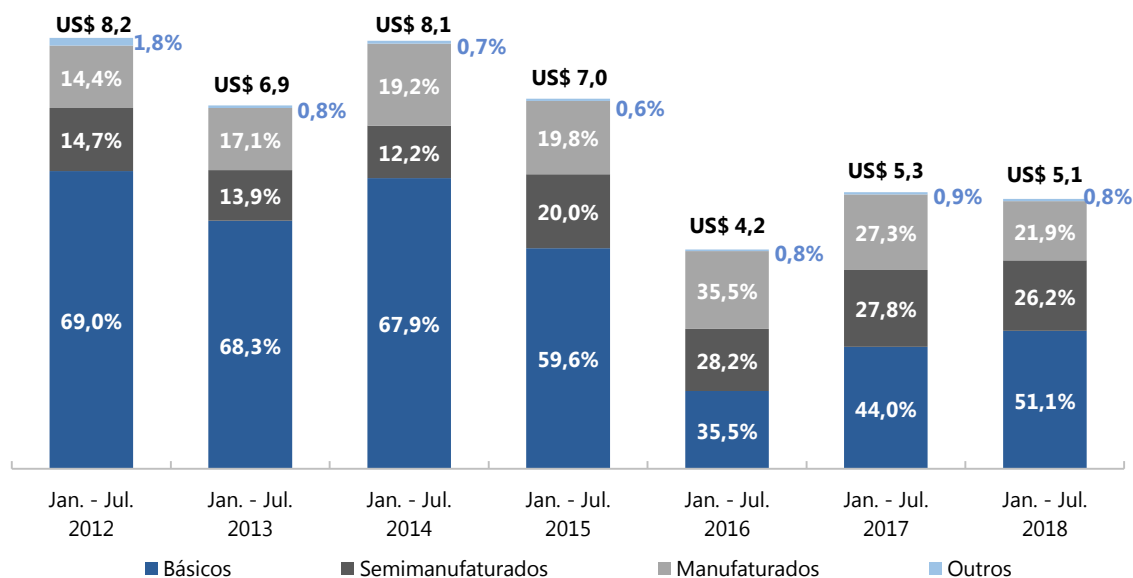
O Espírito Santo, no acumulado até agosto, exportou US\$ 5,1 bilhões, o que representa 3,2% do total exportado no Brasil. Em números absolutos, esse resultado representou redução de -2,5% em relação ao efetivado no mesmo período de 2017, influenciado pelos produtos industrializados, em que os manufaturados caíram -21,8% e os semimanufaturados -8,0%.

Dentre esses grupos, o produto com maior impacto negativo foi “tubos flexíveis de ferro ou aço”, com uma redução de -60,2%. Em agosto, as exportações capixabas chegaram a US\$ 682,0 milhões, com alta de apenas 0,8% em relação a agosto de 2017.

Na abertura dos produtos por fator agregado, mantém-se a predominância das exportações de produtos básicos, com mais da metade do total exportado pelo estado. Em sequência tem-se os produtos semimanufaturados (26,2%) e os manufaturados (21,9%).

No ranking dos principais produtos da pauta exportadora capixaba, de janeiro a agosto, minério de ferro e seus concentrados lideram com a maior participação individual (32,5%), seguidos pelos semimanufaturados de ferro ou aços (13,0%) e pela celulose (12,0%). Os 10 principais produtos exportados pelo estado concentram 92,7% do total, evidenciando a concentração da pauta exportadora capixaba e a importância de cada um deles na economia do estado.

Gráfico 16 – Evolução da participação no total da exportação capixaba, segundo classes (2012-2018), US\$ FOB bilhões e % do total



Fonte: Funcex
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 9 – Identificação dos produtos com maior participação nas exportações capixabas, 2017 e 2018

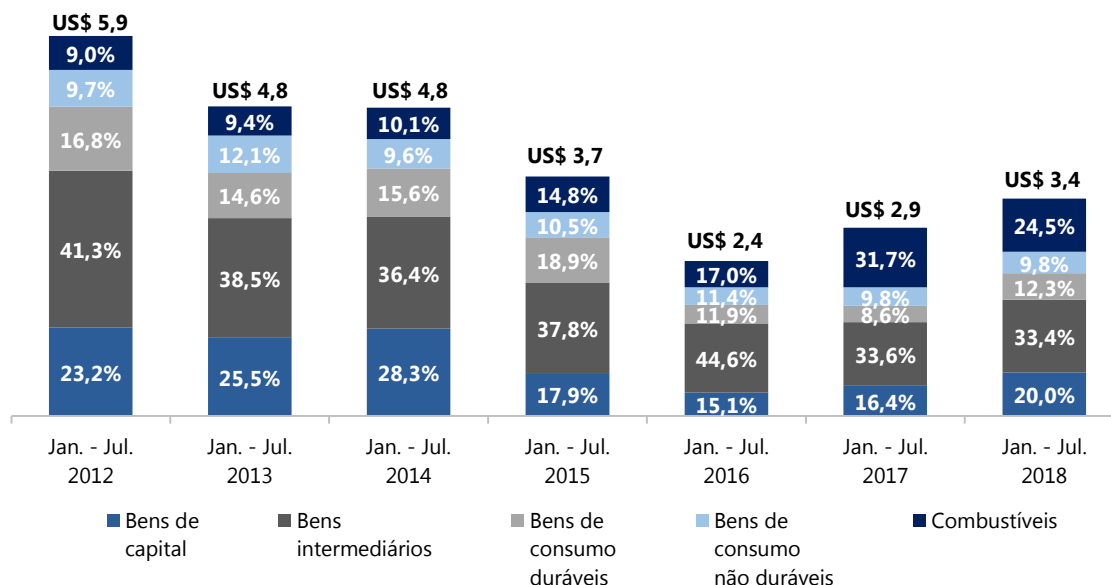
Descrição	2017		2018		(b) – (a)
	US\$ mi	Part. (a)	US\$ mi	Part. (b)	Var em pp
1 Minérios de ferro e seus concentrados	1.262	24,0%	1.665	32,5%	8,5
2 Produtos semimanufaturados de ferro ou aços	765	14,6%	667	13,0%	-1,5
3 Celulose	644	12,3%	613	12,0%	-0,3
4 Óleos brutos de petróleo	683	13,0%	547	10,7%	-2,3
5 Produtos laminados planos de ferro ou aços	390	7,4%	430	8,4%	1,0
6 Obras de mármore e granito	471	9,0%	323	6,3%	-2,7
7 Café cru em grão	154	2,9%	201	3,9%	1,0
8 Tubos flexíveis, de ferro ou aço	342	6,5%	136	2,7%	-3,9
9 Demais produtos manufaturados	103	2,0%	108	2,1%	0,1
10 Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (exceto ferro gusa)	52	1,0%	63	1,2%	0,3

Fonte: Funcex
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

As importações no Brasil chegaram ao somatório de US\$ 121,2 bilhões, no acumulado de janeiro a agosto, valor acima do ocorrido em 2017 (US\$ 97,8 bilhões) e 2016 (US\$ 91,2 bilhões). O crescimento se mantém em todas as categorias econômicas, com ênfase na aquisição de bens de capital, que aumentou 95,8%, quando comparado ao mesmo período de 2017. No mês de agosto de 2018 as importações totalizaram US\$ 18,8 bilhões, 35,2% acima do verificado em agosto de 2017.

No Espírito Santo as importações somaram US\$ 3,4 bilhões, no acumulado dos oito primeiros meses do ano, participação de 2,8% em relação ao importado nacionalmente. Esse montante está 15,5% acima do realizado no mesmo período de 2017, devido, especialmente, ao aumento de bens de consumo duráveis (64,0%), atrelado à maior aquisição de automóveis de passageiros (73,0%).

Gráfico 17 – Evolução da participação no total da importação capixaba, segundo categorias econômicas (2012-2018), US\$ FOB milhões e % do total



Fonte: Funcex

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

No âmbito das categorias econômicas, observa-se a diminuição relativa na concentração das importações de combustíveis e bens intermediários, contra o mesmo período do ano passado, enquanto os bens de consumo não duráveis ficaram em igual patamar e houve maior aquisição de bens de consumo duráveis e bens de capital.

Na análise segregada dos principais produtos importados para o estado, entre janeiro e agosto, carvão mineral e gás natural (21,2%) lideram o ranking, seguido por automóveis de passageiros (11,5%) e demais bens intermediários (8,2%). A tabela a seguir identifica os 10 principais produtos importados pelo estado, que respondem por 72,5% do total.

Tabela 10 – Identificação dos produtos com maior participação nas importações capixabas 2017-2018

Descrição	2017		2018		2018/2017 Var em pp
	US\$ mi	Part. %	US\$ mi	Part. %	
1 Carvão mineral e gás natural	793,1	29,9%	591,5	21,2%	-8,7
2 Automóveis de passageiros	189,7	7,7%	334,0	11,5%	3,8
3 Demais bens intermediários	258,0	10,2%	239,0	8,2%	-1,9
4 Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	80,5	5,1%	213,4	7,4%	2,3
5 Aviões e outras aeronaves	124,8	5,6%	209,5	6,4%	0,7
6 Fios, tecidos e artigos têxteis	140,6	5,5%	162,4	5,7%	0,2
7 Produtos metalúrgicos não-ferrosos	107,6	4,4%	135,5	4,6%	0,1
8 Produto e preparos químicos diversos	94,9	3,6%	104,4	3,6%	0,0
9 Demais produtos de combustíveis	26,4	0,8%	55,3	1,9%	1,1
10 Componentes eletrônicos e peças de máquinas de processamento de dados	51,2	1,1%	55,1	1,9%	0,8

Fonte: Funcex

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

O saldo da balança comercial brasileira foi positivo em US\$ 36,4 bilhões entre os meses de janeiro a agosto deste ano. A balança comercial capixaba somou US\$ 1,8 bilhão no mesmo período, e ambas permanecem com resultados superavitários, apesar do saldo capixaba ter atingido o mesmo nível que em 2016, sendo o menor resultado desde 2012.

No mês corrente o saldo no estado chegou a US\$ 208,4 milhões, o que configura redução de -11,0% em relação ao mês anterior e -20,8% em relação a agosto de 2017, consequência do aumento, em maior proporção, das importações no período analisado.

Um outro importante indicador do comércio exterior, que combina exportação, importação e PIB, é o grau de abertura, que tem o seu cálculo baseado na corrente de comércio.

Quanto maior o indicador, maior a dinâmica e a sensibilidade da economia às oscilações do comércio exterior.

O grau de abertura da economia capixaba, no segundo trimestre do ano, foi de 36,2%, valor 9,9 pontos percentuais acima do verificado no mesmo trimestre de 2017.

Por outro lado, o grau de abertura brasileiro apresenta um nível bem mais baixo, de 21,4% no segundo trimestre, crescimento de 3,2 pontos percentuais em relação ao segundo trimestre de 2017.

Comparativamente ao restante do mundo, o Brasil possui um grau de abertura próximo ao de países como Argentina e Sudão, aquém da maioria dos demais países. Esse fato reforça as afirmações de especialistas de que o Brasil é um país protecionista e fechado economicamente¹⁶.

Gráfico 18 – Balança comercial capixaba (2012-2018), US\$ FOB – milhões

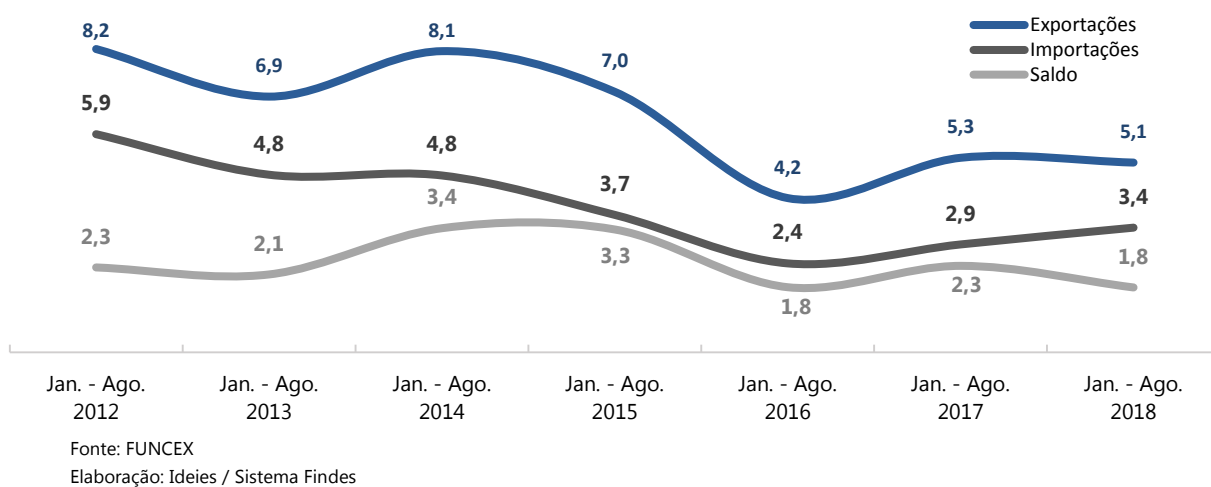
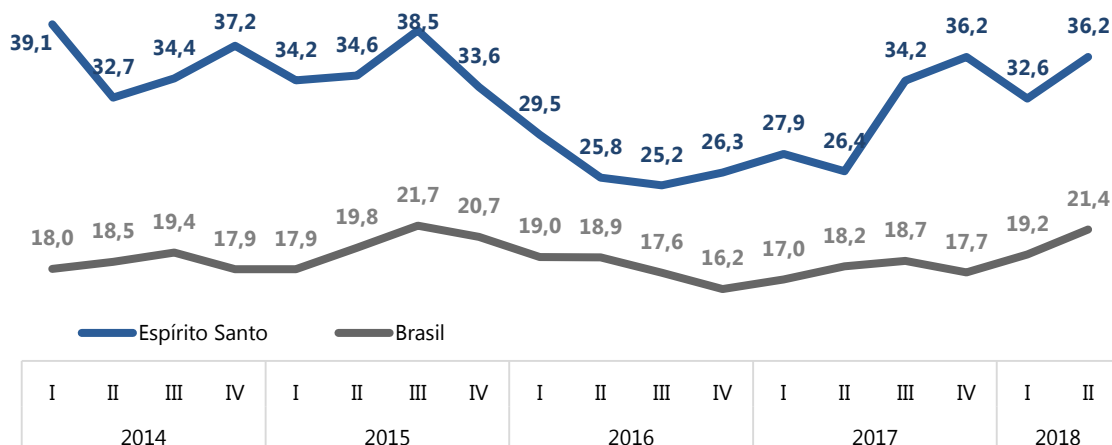


Gráfico 19 – Grau de abertura do Espírito Santo e Brasil (2014-2018) – trimestral



¹⁶ Mais informações em: Revista Brasileira de Comércio Exterior, nº 136, julho – setembro de 2018 (Funcex)

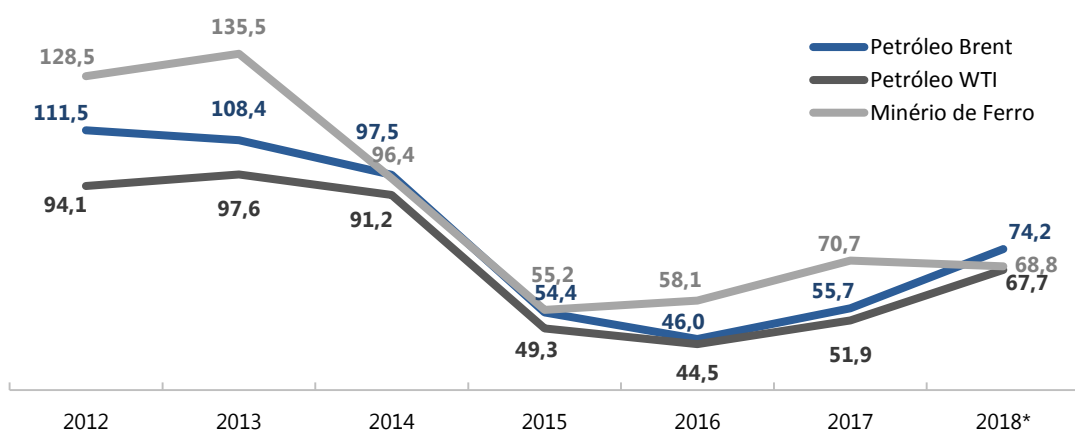
Os preços das commodities também são indicadores relevantes a serem acompanhados na dinâmica do comércio exterior capixaba.

A média anual dos preços das principais commodities brasileiras segue em tendência crescente nas cotações de petróleo (Brent e WTI). Contudo, a cotação do minério de ferro, apesar de ter avançado em agosto de 2018, continua com média anual inferior ao mesmo período de 2017, devido às reduções ocorridas entre março e julho de 2018, ápice das instabilidades entre EUA e China, que envolveram a taxaço sobre a comercialização dessa commodity como medida protecionista praticada pela economia americana.

O Índice de Commodities Brasil¹⁷ (IC-Br), divulgado pelo

Banco Central, segue em trajetória crescente no período de janeiro a agosto de 2018, superior aos períodos anteriores. Esse cenário está relacionado ao crescimento nas cotações internacionais das commodities dos três subgrupos que compõem o índice (energia, metálicas e agropecuárias). O IC-BR avançou 17,1%, na comparação com o mesmo período de 2017, e 28,8% em relação ao mesmo mês de 2017. Os subgrupos acompanharam o crescimento, considerando o acumulado do ano em relação ao anterior: aumento de 35,0% nas commodities de energia (compostas por petróleo Brent, gás natural e carvão); 13,4% nas agropecuárias (carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, suco de laranja e cacau); e 10,4% nas metálicas (alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata).

Gráfico 20 – Evolução das cotações das principais commodities brasileiras, em US\$

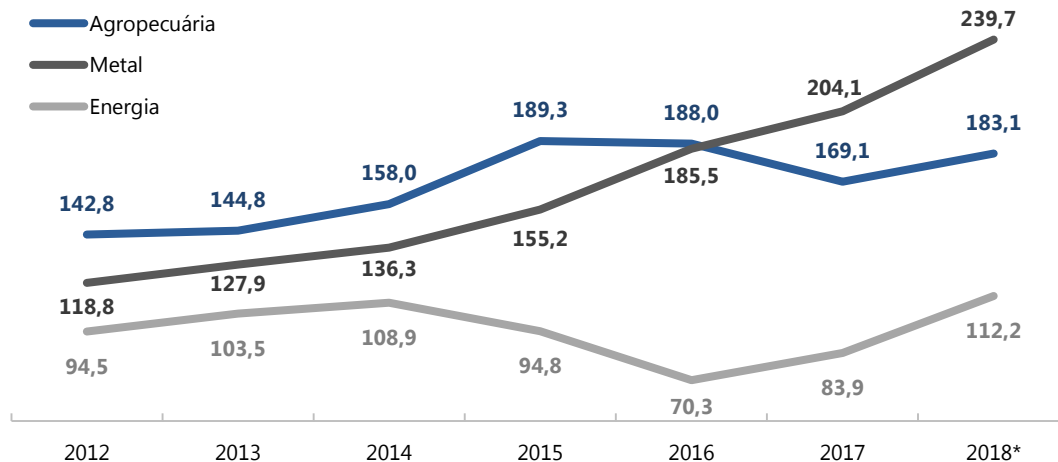


* última atualização ago/2018 minério de ferro e set/2018 petróleo Brent e WTI

Fonte: Investing

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 21 – Evolução dos principais grupos de commodities brasileiras, média anual (2005 = 100)



*últimos dados até agosto de 2018

Fonte: Banco Central

¹⁷ O indicador IC-Br é elaborado a partir da média mensal dos preços internacionais de commodities, convertidos para reais, em busca de refletir a relevância de cada commodity para a dinâmica da inflação doméstica e captar os impactos provenientes das variações na taxa de câmbio.

5. Crédito

O mercado de crédito brasileiro fechou o mês de julho com saldo de operações total de R\$ 3,12 trilhões, apresentando resultados positivos na perspectiva anual. O saldo da carteira de crédito avançou 2,4% na comparação com julho de 2017, o quinto mês seguido de alta.

O bom resultado foi influenciado pela elevação de 7,7% no saldo de operações com recursos livres, que já soma nove meses seguidos de evolução positiva na mesma base de comparação, e teve sua maior alta desde dezembro de 2013.

Já as operações com recursos direcionados tiveram nova baixa, de -3,0% em julho contra o mesmo mês do ano anterior, acumulando resultados negativos desde outubro de 2016.

Na comparação de julho contra junho de 2018 o saldo total

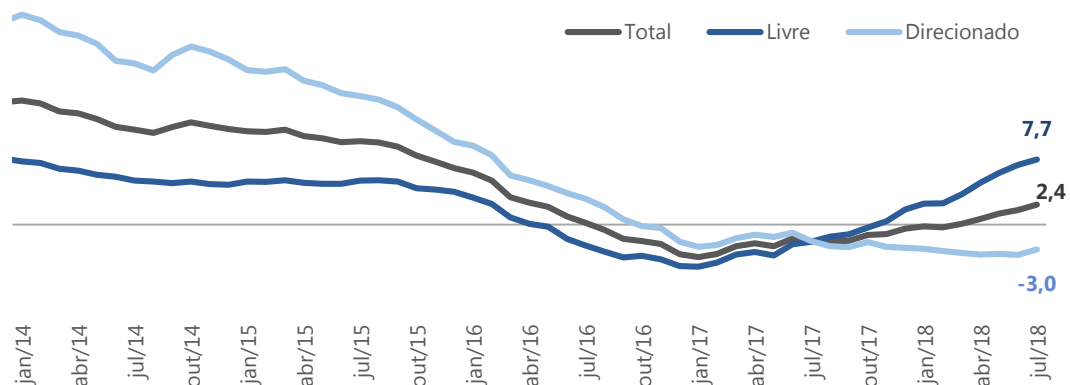
teve pequena redução de -0,2%, com queda de -0,1% no crédito livre e de -0,3% no crédito direcionado.

Em relação ao tipo de tomador, o saldo para pessoas físicas segue em trajetória positiva, tendo apresentado alta de 6,4% na comparação com julho de 2017. Já para as pessoas jurídicas, houve a 27ª queda consecutiva, dessa vez de -2,1%.

A boa notícia é que o ritmo de queda vem se reduzindo continuamente em 2018, com possibilidade de reversão dos resultados negativos nos próximos meses.

Ao se comparar julho contra junho de 2018 a variação mensal dos saldos por tipo de tomador no Brasil registrou alta de 0,5% para as pessoas físicas e redução de -1,0% para as pessoas jurídicas.

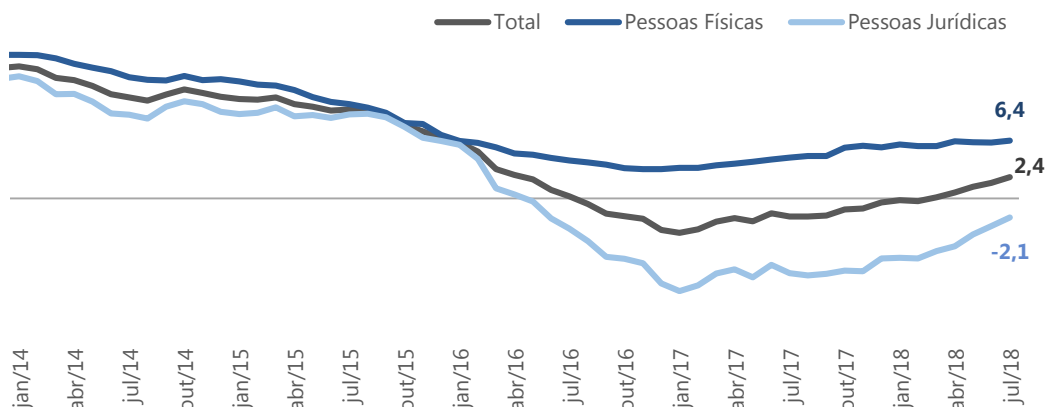
Gráfico 22 – Saldo de operações, por tipo de crédito – Brasil, Variação % contra o mesmo mês do ano anterior



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 23 – Saldo de operações, por tipo de tomador – Brasil, Variação % contra o mesmo mês do ano anterior



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

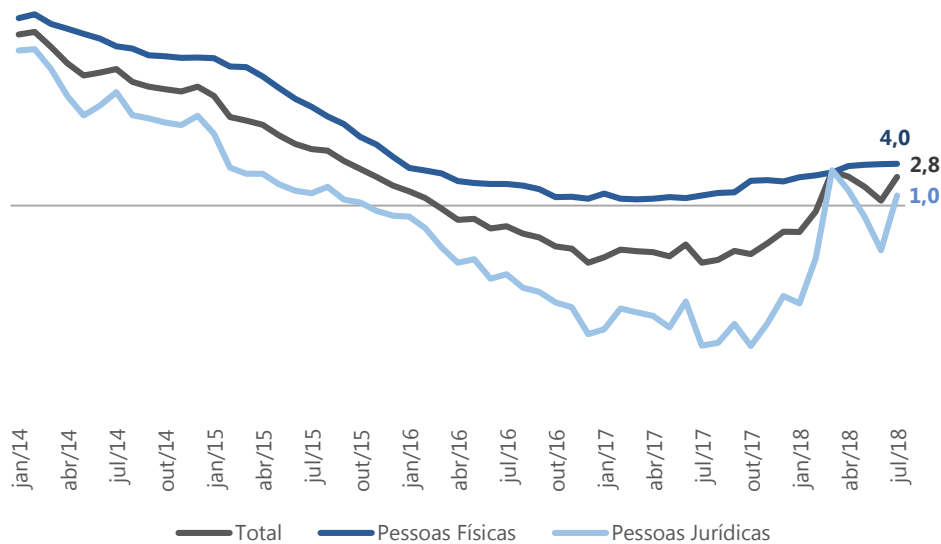
O saldo de operações do Espírito Santo foi positivo em julho, chegando ao montante de R\$ 47,4 bilhões. Na comparação com julho de 2017 esse valor representou alta de 2,8%, com avanço de 1,0% no crédito para pessoas jurídicas e de 4,0% para pessoas físicas.

Na análise marginal, contra o mês imediatamente anterior, também houve avanço de 0,3%, com alta de 0,4% para

pessoas jurídicas e de 0,3% para pessoas físicas.

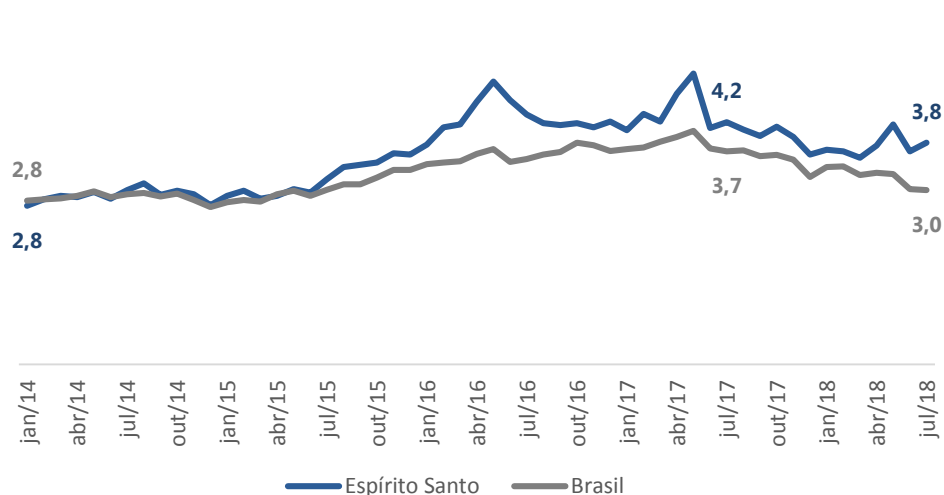
A taxa de inadimplência para o Brasil ficou em 3,0% em julho, e para o Espírito Santo foi de 3,8%. Ambas se encontram em patamar menor do que o registrado em julho de 2017 (3,7% e 4,2%, respectivamente). No entanto, na comparação contra o mês imediatamente anterior, a inadimplência no país se manteve estável, enquanto no estado teve alta de 0,2 p.p.

Gráfico 24 – Saldo de operações, por tipo de tomador – Espírito Santo, Variação % contra o mesmo mês do ano anterior



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 25 – Taxa de Inadimplência mensal - Brasil e Espírito Santo (%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

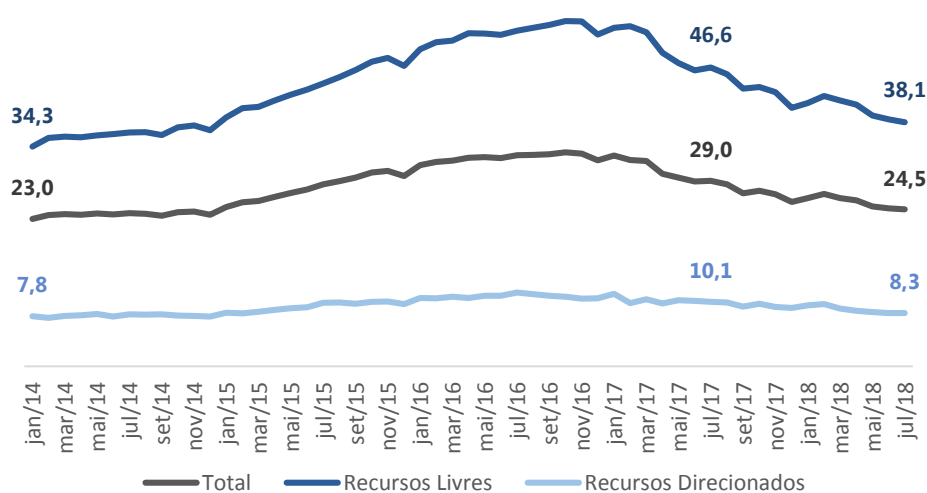
As taxas médias de juros para as operações de crédito no país seguem em trajetória de queda. A taxa média total ficou em 24,5% em julho, valor -4,5 p.p. abaixo do registrado no mesmo mês do ano anterior.

Para o crédito livre a queda, nessa mesma base de comparação, foi de -8,5 p.p., chegando à taxa de 38,1%. Já no crédito direcionado a taxa média foi de 8,3%, representando queda de -1,7 p.p.

O spread bancário médio no Brasil também acompanha trajetória semelhante à da taxa de juros média. O spread total ficou em 17,8% em julho, valor -3,6 p.p. abaixo do mesmo mês de 2017.

Na mesma base de comparação o spread do crédito livre foi de 29,4%, indicando redução de -8,0 p.p., enquanto para o crédito direcionado ficou em 4,0%, queda de -0,2 p.p.

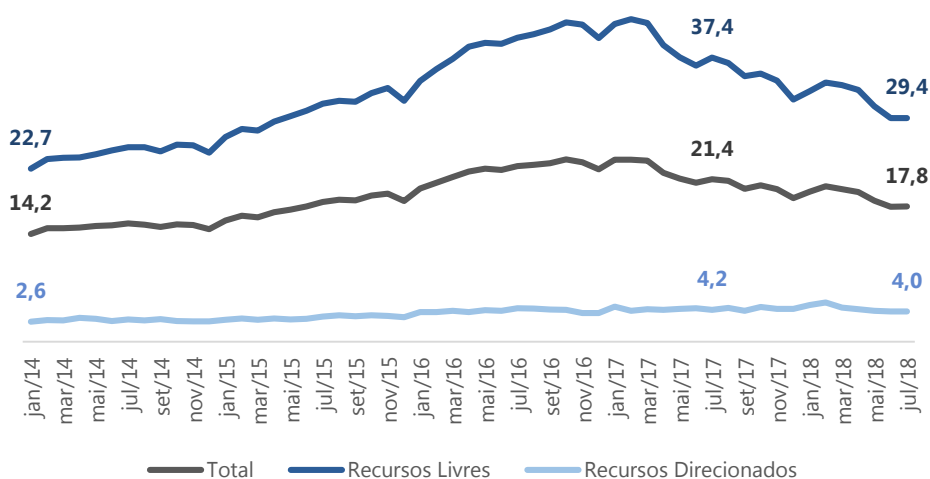
Gráfico 26 - Taxa média de juros, por tipo de crédito (% a.a.)



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 27 - Spread médio, por tipo de crédito (% a.a.)



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Segundo os dados do Banco Central, analisando-se as taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo no país, a primeira semana do mês de setembro apresentou tendência de ligeira queda para a maioria das operações de pessoas jurídicas, quando comparada com a primeira semana de agosto.

A maior redução, considerando a taxa de juros anual, ocorreu para capital de giro de curto prazo (-1,8 p.p.), destacando-se a taxa média do Banestes que teve queda de -9,8 p.p.

nos períodos comparados. Ainda assim, o banco capixaba segue com uma taxa média bastante acima do Banco do Brasil, por exemplo.

A taxa média também caiu nas operações de capital de giro de longo prazo, desconto de duplicatas e adiantamento de contratos de câmbio. Nas operações de conta garantida, ao contrário, foi registrada uma alta de 0,5 p.p. na taxa média ao ano.

Tabela 11 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 03/09/2018 a 10/09/2018

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	1,3	16,4	1,1	13,8	2,3	31,7	1,9	25,5	0,3	3,5
Caixa Econômica	3,0	43,2	1,9	24,9	-	-	3,6	52,9	0,5	5,9
Santander	2,2	29,2	2,0	26,3	2,8	39,8	1,5	19,6	0,3	3,9
Itaú-Unibanco	1,9	24,7	1,8	24,1	3,4	50,0	1,8	23,6	0,3	3,7
Bradesco	1,7	23,0	1,7	22,5	3,9	58,4	1,5	19,8	0,4	4,3
Banestes	2,0	27,2	2,1	28,7	2,6	36,3	2,5	33,6	0,7	8,1
Média Total	2,0	27,3	1,8	23,4	3,0	43,2	2,1	29,2	0,4	4,9
Varição média total*	-0,1	-1,8	0,0	-0,2	0,0	0,5	0,0	-0,6	0,0	-0,2

* Variação de p.p. em comparação com a média total do período de 01/08/2018 a 08/08/2018

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Sistema Findes

6. Finanças Públicas Estaduais

De janeiro a agosto deste ano, a receita total do Governo do Estado foi da ordem de R\$ 10,8 bilhões, resultando em um aumento real de 4,0% em relação ao mesmo período de 2017. Em termos nominais, este resultado é 7,2% superior à arrecadação realizada até o 4º bimestre do ano anterior.

Um dos principais componentes da receita estadual, o ICMS, vem apresentando desempenho positivo em 2018. Foram R\$ 6,5 bilhões arrecadados até o quarto bimestre deste ano, o que representa 74,6% da receita desse imposto prevista para 2018. Esse número significa uma ampliação real de 8,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 28 – Despesas e receitas acumuladas de janeiro a agosto, 2013-2018 - em bilhões (IPCA-agosto/2018)

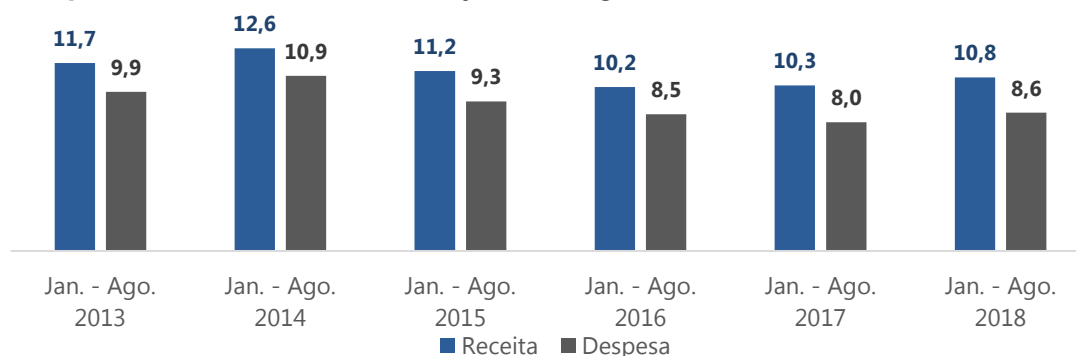


Tabela 12 – Receita e despesa do Espírito Santo, em 2017 e 2018 (IPCA - agosto/2018)

Receitas e despesas	Jan. - Ago. 2017 (a)	Jan. - Ago. 2018 (b)	Varição real 2018/2017 (R\$)	Varição 2018/2017 (%)	Previsão em R\$ - 2018 (c)	Realizado 2018 (d)=(b)/(c)
Receita Total	10.390.699.833	10.809.125.548	418.425.715	4,0	16.686.484.451	64,8
Receita Tributaria	7.420.491.996	7.899.116.162	478.624.166	6,5	10.566.501.027	74,8
ICMS Total	6.097.948.380	6.587.545.878	489.597.498	8,0	8.826.458.399	74,6
ICMS - Comércio	1.135.738.441	1.253.850.777	118.112.335	10,4	1.678.920.361	74,7
ICMS - Industria	754.576.963	1.087.047.200	332.470.237	44,1	989.535.265	109,9
Demais Receitas Tributárias	1.322.543.616	1.637.413.718	314.870.102	23,8	1.740.042.628	94,1
Transferências Correntes	3.316.165.183	3.686.140.658	369.975.474	11,2	4.898.830.199	75,2
FPE	912.050.603	964.995.200	52.944.597	5,8	1.454.690.376	66,3
IPI	144.526.649	150.957.171	6.430.522	4,4	228.935.356	65,9
Royalties e Participação Especial	1.052.364.438	1.361.955.984	93.669.506	12,6	1.388.395.841	98,1
Demais Transf. Correntes	1.207.223.494	1.208.232.303	1.008.810	0,1	1.826.808.626	66,1
Demais Receitas	2.779.338.265	2.596.485.198	-182.853.067	-6,6	5.619.627.992	46,2
(-) Deduções da Receita	-3.125.295.612	-3.372.616.470	-247.320.858	7,9	-4.398.474.767	76,7
Despesa Total	8.096.934.366	8.644.820.176	547.885.810	6,8	16.039.047.224	53,9
Pessoal e Encargos Sociais	5.281.137.216	5.433.709.656	152.572.440	2,9	9.561.886.358	56,8
Investimentos	210.670.557	319.454.986	108.784.429	51,6	1.565.944.067	20,4
Demais Despesas	2.605.126.593	2.891.655.534	286.528.941	11,0	4.911.216.799	58,9
Resultado Orçamentário Acumulado até agosto	2.293.765.467	2.164.305.372	-129.460.095	-5,6	-	-

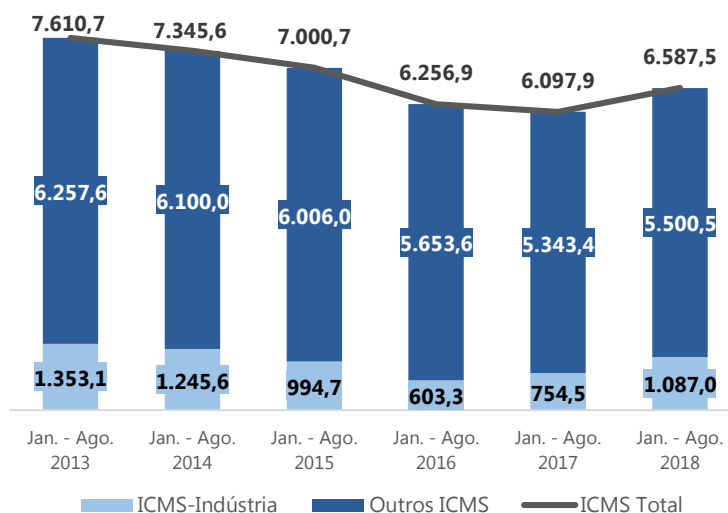
Fonte: Portal da Transparência ES

Nota: Despesa Liquidada

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Dentro das receitas de ICMS vale destacar o montante proveniente das atividades industriais. Nos primeiros oito meses de 2017, o ICMS Indústria havia totalizado R\$ 754,5 milhões, enquanto em 2018 chegou a R\$ 1,1 bilhão, aumento real de 44,1%, ultrapassando a previsão de arrecadação para esta receita no ano.

Entre as transferências governamentais constitucionais, destaca-se o Fundo de Participação dos Estados (FPE)¹⁸. Nos oito primeiros meses do ano a receita do FPE foi de R\$ 964,9 milhões (R\$ 761,5 milhões se descontados os 20% destinados ao Fundeb¹⁹), representando um aumento de 5,8% em relação a 2017.

Gráfico 29 – Receitas de ICMS acumuladas de janeiro a agosto, 2013-2018 - em R\$ milhões (IPCA – Agosto/2018)

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

¹⁸ O FPE consiste numa transferência constitucional da União para os Estados e o Distrito Federal. Os recursos do Fundo provêm de 21,5% da arrecadação federal de Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Cada Estado tem um coeficiente de distribuição próprio (o coeficiente para o ES é 2,40% no exercício de 2018). Do montante total destinado a cada um, são descontados 1% para o PASEP e 20% para o FUNDEB. Os outros 79%, que chegam efetivamente aos cofres dos Estados, podem ser aplicados livremente, já que não há vinculação para o uso dos recursos do FPE.

¹⁹ Segundo o Ministério da Educação (MEC) o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

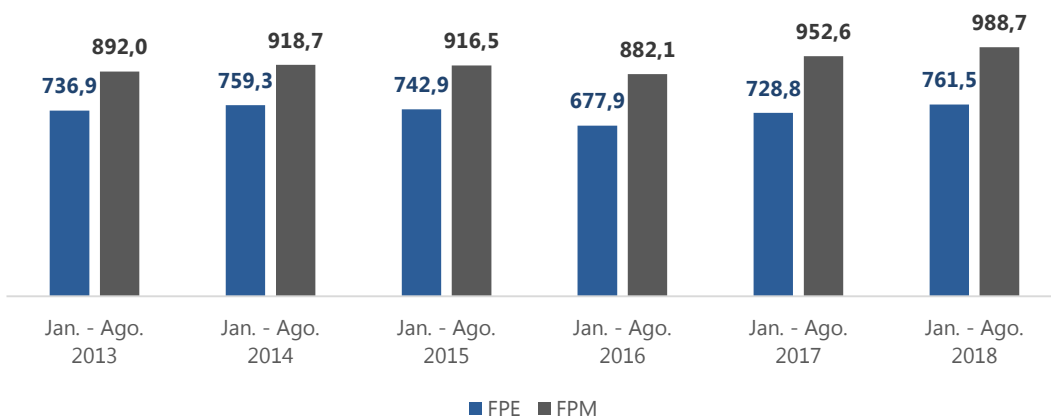
Análogo ao FPE, há o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b) de recursos específicos para municípios, composto por 22,5% das arrecadações do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) realizadas pela União. A distribuição do FPM é feita de acordo com o número de habitantes e a renda per capita dos municípios. Por esta receita, chegaram aos 78 municípios do Espírito Santo, até agosto de 2018, R\$ 988,7 milhões.

Outra receita importante para o Espírito Santo é a advinda

do petróleo. As receitas do petróleo podem ser divididas em royalties e participações especiais – que representam uma forma de compensação diferenciada, proporcional à produção e à rentabilidade de cada campo de petróleo.

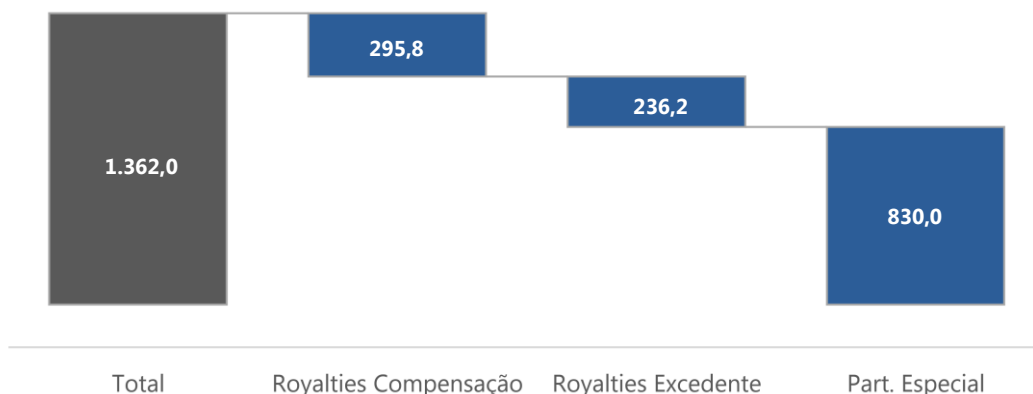
Os royalties e participações especiais somaram às finanças estaduais R\$ 1,3 bilhão de janeiro a agosto de 2018, valor 12,6% superior ao mesmo período do ano anterior. Este número representa 98,1% da arrecadação prevista para 2018, o que significa que, até o término do ano, o que for arrecadado estará além do planejamento orçamentário do governo, gerando uma possível sobra de caixa.

Gráfico 30 – Transferências da União para o Estado e Municípios do Espírito Santo – em R\$ milhões (IPCA – Agosto/2018)*



*valores já descontados os 20% destinados ao FUNDEB.
 Fonte: Tesouro Nacional
 Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 31 – Receitas do petróleo acumuladas de janeiro a agosto – em R\$ milhões (IPCA – Agosto/2018)



Fonte: Portal da Transparência ES
 Elaboração: Ideies / Sistema Findes

As despesas estaduais totalizaram R\$ 8,6 bilhões nos oito primeiros meses do ano, 53,9% da despesa total prevista para o ano. Se comparado ao mesmo período de 2017, os dispêndios aumentaram R\$ 547,8 milhões em termos reais (6,8%). O resultado orçamentário do período foi 5,6% menor do que o registrado em 2017.

Assim como no ano anterior, o orçamento de 2018 do Governo do Estado prevê investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão. No entanto, em 2017 foram efetivados R\$ 653 milhões. Para este ano o caminho tem sido o mesmo, até agosto de 2018 foi realizada uma despesa de investimentos na ordem de R\$ 319,4 milhões, 20,4% do previsto para o ano.

Tudo indica que 2018 será um novo ano de investimentos abaixo do indicado na lei orçamentária.

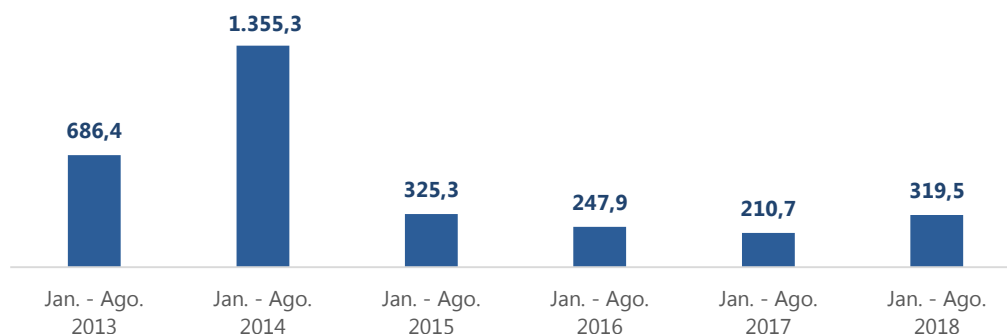
Na primeira semana de setembro o Governo do Estado anunciou um novo aumento na previsão de investimentos para o ano de 2018. O aumento do preço do barril de petróleo deve injetar no orçamento R\$ 277 milhões além do

previsto inicialmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, que era de R\$ 1,5 bilhão. Deste montante adicional, 100% já possuem destino anunciado para melhorias junto a diversas áreas de atuação do estado. Os maiores valores foram alocados nas áreas de saneamento, habitação e desenvolvimento humano, agricultura e educação.

A despesa mais representativa na conta do estado é a com pessoal e encargos sociais. Até o 4º bimestre do ano essa conta foi de R\$ 5,4 bilhões, quase 57% do montante previsto para 2018, o que representa 63% de toda despesa pública registrada nos oito primeiros meses do ano.

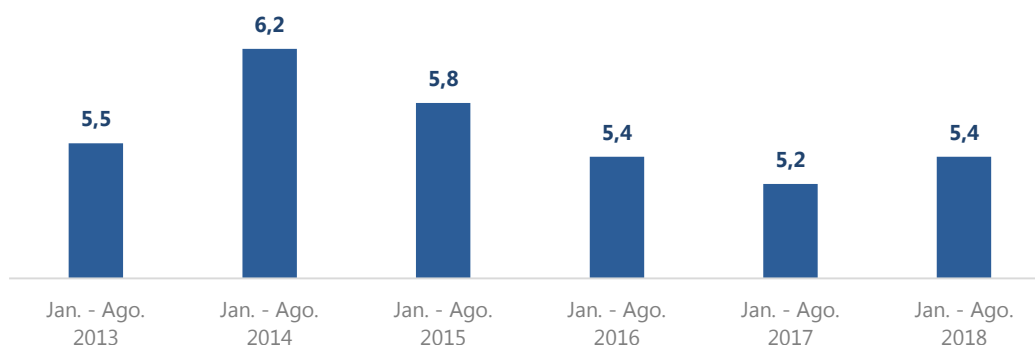
O Espírito Santo é um dos poucos estados em que a receita cresce a uma velocidade superior à despesa com pessoal e encargos sociais. Este fator, acrescido de outros aspectos positivos atípicos como a melhora na arrecadação das participações especiais do petróleo, permite que o estado se encaminhe para o final do ano com resultados positivos financeiramente.

Gráfico 32 – Despesa de investimentos acumulada de janeiro a agosto, 2013-2018 – em R\$ milhões (IPCA – Agosto/2018)



Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 33 – Despesa com pessoal acumulada de janeiro a agosto, 2013-2018 – em R\$ bilhões (IPCA – Agosto/2018)



Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Box 1 – Análise da sustentabilidade financeira dos municípios capixabas

Dos 5.570 municípios brasileiros, 1.872 não geram receita suficiente para cobrir as despesas básicas da máquina pública, segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) da Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan). Olhando para o Espírito Santo, qual a situação atual dos municípios capixabas?

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) divulgou um balanço das contas públicas dos municípios capixabas registradas de janeiro a julho de 2018. Chama a atenção o baixo poder de arrecadação própria de boa parte dos municípios.

A arrecadação própria é a forma mais segura de um município se sustentar, ou seja, de arcar com seus gastos a curto e longo prazo. Só é sustentável o município capaz de se manter e ter perspectiva de continuidade financeira. Assim, Carvalho (2002) em seu estudo “Estado, descentralização e sustentabilidade dos governos locais no Brasil”²⁰ fortalece a definição de que municípios que são incapazes de se manter sem os repasses intergovernamentais são denominados insustentáveis.

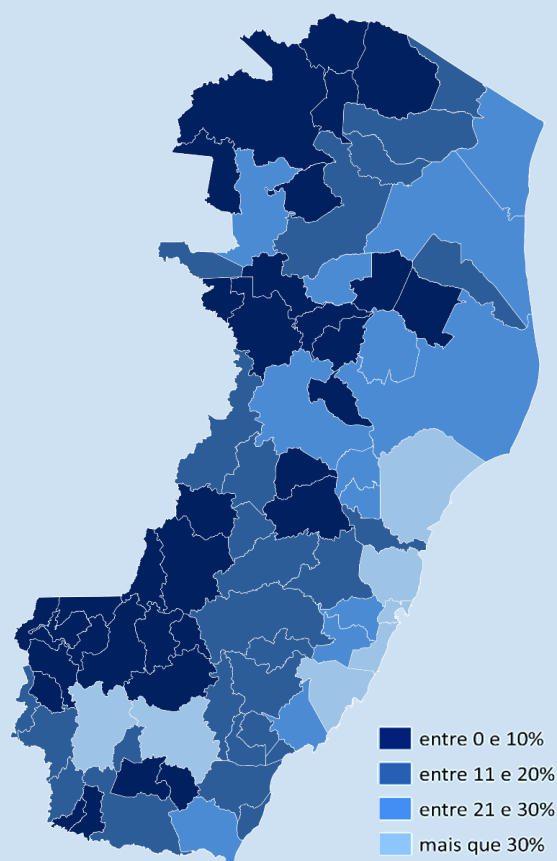
Nos primeiros sete meses do ano, 32 dos 78 municípios do estado possuem como arrecadação própria menos de 10% de toda sua receita registrada, ou seja, mais de 90% de suas receitas são oriundas de transferências da União e do Estado. Destes 32 municípios, 11 não possuem arrecadação própria suficiente para cobrir sequer os custos de material de consumo, segundo dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES).

Além de ter baixa arrecadação própria, boa parte destes municípios compromete mais de metade de sua receita total com despesa de pessoal e encargos sociais.

Outros 26 dos 78 municípios capixabas possuem entre 11% e 20% de sua receita originada da arrecadação de fontes próprias.

Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Serra, Aracruz, Guarapari, Vila Velha e Vitória são os únicos municípios do estado que registraram arrecadação própria acima de 30% nos primeiros sete meses de 2018.

Mapa 1 – Arrecadação própria dos municípios do Espírito Santo em 2018



Nota: os dados referem-se ao acumulado de janeiro a julho de 2018
Fonte: TCE-ES
Elaboração: Ideies/Sistema Findes

As três principais fontes de arrecadação dos municípios são o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e o imposto de transmissão de bens imóveis (ITBI).

O primeiro, em especial, é calculado através da multiplicação do valor venal do imóvel pela respectiva alíquota (que é definida por Lei). Uma importante questão que permeia o IPTU é que os municípios passam anos sem a atualização da sua respectiva planta de valores venais, o que faz com que o valor arrecadado por meio do imposto fique defasado ao longo do tempo.

²⁰ CARVALHO, A. M. Estado, descentralização e sustentabilidade dos governos locais no Brasil. *Economía, Sociedad y Territorio*. v. 3, n. 12, jul-dez 2002

Vale salientar que a Lei de Responsabilidade Fiscal, além de impor rígido controle de gastos públicos, condiciona as despesas do ente à sua capacidade arrecadatória, reiterando assim a busca pela efetividade na arrecadação de todos os tributos. Além do mais, a eficiência da arrecadação própria aumentaria o poder de investimento de muitos dos municípios, como a melhora nos serviços prestados à população, por exemplo.

O baixo nível de arrecadação própria faz com que as cidades sejam cada vez mais dependentes de transferências intergovernamentais, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é a principal transferência da União para os entes municipais. Esta, em 2017, representou em média 16,2% da receita das cidades capixabas.

Os municípios contam também com as transferências estaduais. Entre elas há a destinação da cota-parte de 25% do imposto sobre operações relativas à circulação

de mercadorias e serviços (ICMS), que é dividida em relação ao valor adicionado gerado no próprio município. Há, também, a participação no imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) arrecadado, em que 50% são destinados ao município de licenciamento do veículo, dentre outras transferências constitucionais.

Em 2017, a arrecadação via receitas próprias representou 17,5% da receita total dos municípios capixabas. Nos sete primeiros meses de 2018 este valor médio é de 15% da receita total, em um cenário em que 74% dos municípios do Espírito Santo dependem em 80% ou mais das transferências intragovernamentais.

Ter um mínimo de sustentabilidade financeira para os municípios é de suma importância, e justificaria, de certa forma, o custo de manutenção da máquina pública.

Tabela 13 – Composição da receita dos municípios do Espírito Santo, 2017 (%)

Receita Tributária (própria)	FPM	QPM-ICMS	Royalties e Participações Especiais	Outras*	Total
17,5	16,2	21,6	7,8	37,0	100,0

* Inclui as transferências do IPVA, Convênios, entre outros

Fonte: Aequus Consultoria – Revista de Finanças dos municípios capixabas

Elaboração: editada por Ideies/Sistema Findes

7. Considerações Finais

A divulgação do PIB estadual do 2º trimestre do ano trouxe boas notícias para o Espírito Santo. O estado teve crescimento em todas as bases de comparação, igualando ou superando o desempenho do PIB nacional.

Na comparação com o primeiro trimestre de 2018 houve evolução de 1,8% no indicador capixaba, enquanto no acumulado do ano a alta é de 1,1% e no acumulado em quatro trimestres chegou a 1,7%.

O Índice de Atividade Econômica Regional do Espírito Santo também registrou evolução, de 0,48% em julho. Indústria, comércio e serviços tiveram variações positivas no mês.

Em relação à produção física industrial, o último dado de

julho mostrou que a indústria brasileira teve ligeira queda de -0,2% na variação mensal, porém, segue com crescimento positivo no acumulado no ano e acumulado em 12 meses. Já a indústria capixaba teve desempenho diferente: em julho houve crescimento expressivo de 5,8% (melhor resultado entre as 15 regiões pesquisadas), no entanto, o acumulado no ano e acumulado em 12 meses seguem negativos.

A balança comercial capixaba acumulou saldo positivo de US\$ 1,8 bilhão no acumulado do ano até agosto. Apesar de se manter positivo esse é, junto com o número de 2016, o menor valor registrado desde 2012. As exportações tiveram queda em comparação ao acumulado em 2017, enquanto as importações subiram de forma mais intensa.

Em julho, os mercados de crédito nacional e estadual seguiram as tendências dos últimos meses. O saldo de operações permanece crescendo na comparação com o mesmo mês do ano passado. As taxas médias de juros e do spread bancário estão em trajetória de queda, enquanto a inadimplência se mantém em patamar relativamente estável em 2018.

Em relação às finanças públicas estaduais, o Governo do Espírito Santo segue com movimentações superiores às do ano passado, no acumulado do ano até agosto. As receitas realizadas chegaram a R\$ 10,8 bilhões, enquanto as despesas foram de R\$ 8,6 bilhões. Em relação à arrecadação, as receitas do petróleo e o ICMS Indústria apresentam desempenho acima do esperado, já alcançando o previsto para o ano inteiro sem contar, ainda, um quadrimestre de receitas a serem realizadas. A alta das

receitas do petróleo fez com que o Governo do Estado ampliasse em R\$ 227 milhões a previsão de investimentos para 2018.

A incerteza eleitoral tem provocado algumas reações no mercado, como a disparada recente do dólar, que em meados de setembro chegou ao seu maior patamar desde 1994. No entanto, com o IPCA registrando ligeira deflação no mês de agosto, tanto no Brasil quanto na Região Metropolitana da Grande Vitória, a inflação se mostra ainda sob controle e o Comitê de Política Monetária manteve a taxa Selic em 6,5% a.a. em sua reunião de setembro.

Os desdobramentos da eleição presidencial ainda deverão gerar incertezas no mês de outubro, principalmente pela tendência real de haver segundo turno no dia 28/10.

Lista de Siglas e Fontes dos indicadores utilizados nesta publicação

- ACC:** Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio
- ANP:** Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
- Anatel:** Agência Nacional das Telecomunicações
- BC:** Banco Central do Brasil
- BNDDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- Cade:** Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- Caged:** Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CMN:** Conselho Monetário Nacional
- CNAE:** Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- Copom:** Comitê de Política Monetária
- Fecomércio-ES:** Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo
- Fed:** Federal Reserve – Banco Central dos Estados Unidos
- Fiesp:** Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- Findes:** Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
- FMI:** Fundo Monetário Internacional
- Focus:** Relatório semanal organizado pelo BC, com expectativas de mercado de cerca de 130 instituições
- FPE:** Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
- FOB:** “Free On Board”
- Funcex:** Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
- Fundeb:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- IBC:** Índice de Atividade Econômica do Banco Central
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRE/FGV:** Instituto Brasileiro de Economia / Fundação Getúlio Vargas
- IC-Br:** Índice de Commodities Brasil
- ICEI:** Índice de Confiança do Empresário Industrial
- ICMS:** Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IJSN:** Instituto Jones dos Santos Neves
- IPI:** Imposto sobre Produtos Industrializados
- IR:** Imposto de Renda
- LCA:** LCA Consultores
- MDIC:** Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
- MTE:** Ministério do Trabalho
- IPCA:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
- Pasep:** Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
- PIB:** Produto Interno Bruto
- PIM-PF:** Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física
- PMC:** Pesquisa Mensal do Comércio
- PMS:** Pesquisa Mensal de Serviços
- RMGV:** Região Metropolitana da Grande Vitória
- SEFAZ:** Secretaria de Estado da Fazenda
- Selic:** Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
- SIGEFES:** Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo
- SIUP:** Serviços Industriais de Utilidade Pública
- STN:** Secretaria do Tesouro Nacional

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do IDEIES – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

Entidade do Sistema Findes | Gerência de Estudos Econômicos

 (27) 3334-5733 |  ideies.org.br |  @ideies